



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Sara Moura da Silva

Disparidades no espaço urbano de Marabá: expansão, acumulação e exclusão.

**Marabá-PA
2012**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Sara Moura da Silva

Disparidades no espaço urbano de Marabá: expansão, acumulação e exclusão.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciatura Plena e bacharel em Ciências Sociais.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congílio

**Marabá-PA
2012**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Sara Moura da Silva

Disparidades no espaço urbano de Marabá: expansão, acumulação e exclusão.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá, como requisito para obtenção do grau de licenciatura Plena e bacharel em Ciências Sociais.

Data de aprovação:

Banca examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Célia Regina Congílio (Orientadora)

Prof. Dr. Cloves Barbosa (Avaliador Interno)

Prof.^a. Msc. Simone Cristina Contente Padilha (Avaliadora Interna)

Conceito:

DEDICATÓRIA:

Aos meus pais (João Batista da Silva e Raimunda Rodrigues Moura), meu querido e único irmão (Matheus Moura da Silva), e a todos os que, de alguma forma, tornaram possível esta construção.

AGRADECIMENTOS

Em primeira instância, agradeço a Deus, este que considero essencial para que se alcance a sabedoria e o equilíbrio na vida.

De início agradeço ao meu amigo de turma desta faculdade, Cristiano Bento da Silva, pois foi quem me ajudou a dar os primeiros passos, tanto na escolha do tema quanto no desenvolvimento do meu pré-projeto.

Destaco meus agradecimentos também para a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congílio, quão importante se mostrou nas etapas e na qualidade deste trabalho. Colaborou com suas sugestões, mas, ainda sim, me deixou à vontade na exposição de minhas idéias.

Chamo a atenção nos agradecimentos para todos os professores do curso de Ciências Sociais que proporcionaram conhecimento no contexto desta graduação.

Não esquecendo também meus agradecimentos para o querido e simpático amigo Raimundo Gomes, engenheiro agrônomo e sociólogo, que conheci nos últimos períodos desta temporada acadêmica e me ajudou com alguns materiais bibliográficos, deixando a disposição sua cooperação no que eu precisasse para o desenvolvimento deste trabalho.

Destaco a importante contribuição dos moradores nos bairros em pesquisa (Ocupação Bela Vista e loteamento Novo Progresso) para a execução das entrevistas, assim fundamentais para coleta empírica de dados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O CAPITALISMO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	18
2.1 O RURAL E O URBANO COMO ESPAÇOS COMPLEMENTARES.....	23
2.2 MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE	27
3 MARABÁ: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA CIDADE	34
3.1 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM MARABÁ	44
4 LOTEAMENTOS E OCUPAÇÕES: SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ	51
4.1 EXEMPLO DE SEGREGAÇÃO EM MARABÁ: LOTEAMENTO NOVO PROGRESSO E BAIRRO BELA VISTA.....	62
4.2 O URBANO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – MATÉRIA DE JORNAL SOBRE A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM MARABÁ	62
FOTO 1 – VITA PANORÂMICA DO BAIRRO BELA VISTA	65
FOTO 2 – BAIRRO BELA VISTA – AUSÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO.....	66
FOTO 3 E FOTO 4 – BAIRRO BELA VISTA: INFRAESTRUTURA PRECÁRIA	67
FOTO 5 – BAIRRO BELA VISTA: ESGOTO A CÉU ABERTO	69
FOTO 6 E FOTO 7 – LOTEAMENTO NOVO PROGRESSO	71

TABELAS

QUADRO 1 – EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EM MARABÁ (LOTEAMENTOS)56	
QUADRO 2 – OCUPAÇÕES URBANAS EM MARABÁ.....	57

1. INTRODUÇÃO

Almeja-se lançar como objeto de estudo desta pesquisa o espaço urbano da cidade de Marabá e alcançar uma compreensão de alguns aspectos sociais, econômicos e políticos que conduziram para a produção deste espaço. Pretende-se verificar em seu contexto atual o processo de expansão urbana pelo qual esta cidade está a se configurar, enfocando o surgimento de novas espacialidades que conduzem conseqüentemente para a reestruturação de um espaço urbano segregado e fragmentado, apresentando um aspecto descontínuo e desestruturado.

Partimos da hipótese de que a cidade é a expressão mais decisiva do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela forma econômica e social capitalista. Trata-se de um espaço onde se materializa a separação homem-natureza, promovendo a partir desse a atomização das relações sejam elas políticas, econômicas e sociais. A cidade aparece como produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica e conseqüentemente da divisão social. A partir de então a cidade passa a reproduzir um conjunto contraditório de significados representados pelos interesses do capital, da ação do Estado e de uma massa popular sem direito à cidade, gerando através destes um espaço urbano complexo e com disparidades provenientes de uma distribuição desigual em serviços e infraestrutura urbana. No caso de Marabá, de um lado loteamentos planejados e atendidos pelas políticas públicas (asfalto, luz, segurança, água encanada) e de outro, ocupações desordenadas que compõem as moradias precárias sem o mínimo de atendimento às demandas dos seus habitantes.

Isso nos coloca diante das seguintes questões: na sociedade capitalista a cidade é uma forma de apropriação do espaço urbano produzido pelo trabalho social e pelas relações sociais; de acordo com as leis da reprodução do capital, a cidade representará processo de valorização, aparecendo sob a forma de mercadoria, ou seja, a terra torna-se lucro no mercado imobiliário. O que se verifica é uma série de contradições no acesso e distribuição do espaço urbano que se expressam em uma sociedade de camadas sociais diferenciadas, fazendo assim por manifestar a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que tem sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade. De acordo com

Brandão (2010) cabe ressaltar que a desordem do espaço urbano brasileiro torna-se necessária e funcional para a ativação do próprio circuito de valorização dos capitais mercantis, forçando o distanciamento entre privilégios e direitos na cidade. É notório que o crescimento das cidades brasileiras resulta em um acúmulo de problemas de ordem social, econômica, política e ambiental. É possível notar tal fato em Marabá, com um processo de expansão e estruturação urbana contínuo, crescente e (des)ordenado, e com uma infra-estrutura frágil e até ausente em boa parte da cidade que não acompanha tal crescimento.

O interesse em analisar a realidade em questão se apresenta como fundamental para entender um momento tão promissor econômico e também socialmente tão contraditório que a cidade de Marabá está vivenciando, sobretudo, nos aspectos relacionados à organização e reprodução do espaço urbano. Nesse sentido, a proposta supracitada se apresenta como relevante porque visa demonstrar contradições no desenvolvimento urbano da referida cidade, sobretudo, quando tomamos para enfoque os loteamentos e as ocupações periféricas.

Para tanto procurei discutir como o espaço urbano de Marabá está sendo reconfigurado segundo duas lógicas distintas: a social, do processo de apropriação do espaço por parcela da população em condições financeiras mínimas (espaços periféricos de ocupação); e a lógica econômica, que está, entre outras, à mercê dos interesses do capital imobiliário (loteamentos).

A urbanização é vista como um fenômeno do processo industrial, o que envolve o deslocamento de pessoas da área rural para a urbana, além de significar radicais mudanças qualitativas nos modos e problemas da vida social do indivíduo.

O migrante que se desloca, quer de um meio rural para outro lugar igualmente caracterizado, quer para um contexto urbano, defronta - se com situações ligadas à sua posição de classe. A maioria daqueles que se mantem, a duras penas, no setor agrícola de subsistência e a maioria dos que dele saíram rumo às cidades são espoliados pela classe dos que monopolizam, junto com a terra e o capital, os canais de acesso à instrução e à saúde. (Hébette, 2004, p. 216).

Segundo a citação acima sobre o processo de urbanização, verifica-se em seu contexto histórico uma das questões mais básicas para a ocorrência deste fenômeno que consiste na atração do indivíduo rural para a extensão urbana que, por conseguinte vem a qualificar uma série de imposições e contradições no meio urbano permeado por conta do desenvolvimento da cidade através do capitalismo.

De fato, as transformações ocasionadas pelo capitalismo vêm a repercutir na divisão socioespacial e aglomerações urbanas, sendo assim, a discussão e embate da problemática aqui atribuída, percorrerá em função dos aspectos teóricos e morfológicos que os efeitos “contínuos e descontínuos” do desenvolvimento econômico provocam na organização e estrutura do território, sendo esta uma realidade contracenada na cidade de Marabá. Assim, Pires (2006) debate em seu discurso sobre a globalização e as mudanças espaciais que ela provoca e cria no território inserido, e identifica para qual lado o desenvolvimento percorrerá.

As mudanças espaciais com a globalização da economia parecem desmistificar a ideia de homogeneização do espaço, apontando para novas desigualdades e fragmentações. [...] a repartição das atividades sobre o território econômico não é aleatória nem igualitária. (Pires, 2006, p.48).

Marabá, hoje, passa por um momento histórico impar, pois comporta uma gama de projetos econômicos, os quais se expressam, geralmente, por meio de indústrias siderúrgicas minerárias, sendo esta uma realidade a fazer parte da dinâmica do desenvolvimento econômico local desta cidade, estando entrelaçadas com a mesma, mudanças na organização territorial do meio urbano, gerando uma reconfiguração na organização do espaço urbano da cidade de Marabá fragmentada nos loteamentos e nas ocupações de periferia.

A região Amazônica, desde meados da década de 60 e 70, é cenário de ações do governo federal, visto como modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais e na potencialidade energética da região. O pressuposto determinante que materializou tais atuações governamentais provinha da idéia de que a Amazônia era um grande “espaço vazio” demográfico, necessitando ser ocupada e integrada ao resto do país.

Em meio aos processos conflitantes de exploração da terra na região amazônica, surge a cidade de Marabá, condicionada aos diversos ciclos econômicos da época que estavam a realçar a dinâmica territorial de ocupação regional, como o ciclo da borracha, da castanha-do-pará, do diamante, do ouro, da agropecuária, do ferro, da indústria, além de outros com menor expressão econômica.

Diante de um mundo globalizado, em que as exigências econômicas para o seu acontecimento estão ordenadas na internacionalização das trocas e na concentração de indústrias em espaços vulneráveis, a exploração territorial traz uma série de mudanças referentes aos sistemas produtivos locais em direção ao desenvolvimento. É possível verificar nas entrelinhas de Santos (2001) em sua obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” sobre a necessidade da interação entre o mercado global e o território frente à expansão econômica, o que, por conseguinte, exige que os lugares e o trabalho postos em cena adquiram uma maior especialização para o alcance de novas tecnologias. Acaba por exemplificar com a cidade de São Paulo e o seu entorno, configurados em um espaço cheio de indústrias estrangeiras ao qual é organizada com novos centros tecnológicos e nova divisão do trabalho consumado em uma “cultura de exportação”.

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio, que agora se dá em espaços mais vastos. Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. (...) nas áreas privilegiadas pela concentração o trabalho adquire maior especialização e cresce a necessidade de intercâmbios. As cidades tornam-se especializadas (...). Retratando a organização do espaço paulista no período atual, Eliseu (1996, p. 79) distingue as cidades com indústrias estrangeiras ligadas a produção de matérias-primas regionais, as cidades especializadas em tecnologias novas, uma nova divisão do trabalho agrícola ligado às culturas de exportação (...). (Santos, 2001, p. 135 e 141).

Sem dúvida o fato em questão no que diz respeito ao crescimento econômico do mercado mundial é traduzido em um discurso claro e evidente o quanto as relações produtivas entre os países e seus territórios a cada dia exigem um aperfeiçoamento das técnicas e relações entre os produtores. Mas o grande problema consiste em determinar que tal desenvolvimento econômico não percorre

todas as classes sociais. Como já intitulado o tema sobre o território e as novas formas de organização deste espaço, Marabá aqui o objeto, estando envolvida em grandes projetos de cunho industrial, promove em seu espaço urbano um desenvolvimento ao qual o mesmo está a chegar apenas em algumas áreas por assim dizer privilegiadas.

Dando transparência ao raciocínio, Marabá em seus arredores, atualmente têm sido pólo de vários empreendimentos industriais, ocasionando transformações no seu universo econômico, social e espacial (território), sendo este ultimo a problemática do estudo no que tange ao desenvolvimento fragmentado de novos espaços urbanos dentro da cidade que aqui serão representados pelos loteamentos direcionados para a classe média, sendo estes acessíveis somente para aqueles cujo poder aquisitivo concorda com as regras para a apropriação do espaço em questão, e o não desenvolvimento daqueles espaços com processo de segregação induzida, que “empurra” os menos favorecidos para as áreas escassas de serviços de infraestrutura urbana.

O lugar pode ser entendido como resultado de um dinamismo sócio-econômico, histórico e cultural que determinará o seu processo de construção e transformação. “Lugar [...] é o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo” (Santos, 1988, p. 95). Sendo assim, é evidente que o crescimento das cidades brasileiras resulta em um acúmulo de circunstâncias e conseqüentemente problemas de ordem social, econômica, política e ambiental. Da mesma forma, encontra-se Marabá, com um processo de expansão e reestruturação urbana crescente e (des)ordenada e com uma infra-estrutura frágil em alguns lugares que não acompanham tal crescimento.

A globalização da economia identificada nas relações capitalistas de produção entre o mercado mundial aponta para novas desigualdades e fragmentações do espaço, sendo fruto dessas relações, a produção e reprodução do espaço urbano contemporâneo. Deste modo, impossível deixar de notar que a dinâmica de reorganização do espaço urbano marabaense – loteamentos e

ocupações urbanas são as formas mais recorrentes - se configuram como exemplo do que Harvey (2000) denomina de desenvolvimento geográfico desigual. Para ele:

(...) as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico - geográficos. Elas estão sendo perpetuadas reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político- econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente. (...) Os especuladores (com apoio financeiro internacional) que procuram maximizar ganhos a partir de aumentos dos preços de aluguel da terra, por exemplo, estão reformulando radicalmente os ambientes metropolitanos de Xangai e de Moscou, tanto quanto os de Londres e Nova York. A busca mais generalizada de aluguéis diferenciados cria diferenças geográficas proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres. (Harvey, 2000, p.11).

Conforme a citação supracitada, a produção da diferença geográfica decorre de investimentos de capital em espaços estratégicos e propensos a acumulação. Um olhar mais refinado revela ser a onda crescente de loteamentos em Marabá, uma forma de privilégio de determinados espaços, em detrimento de outros. Logo, o crescimento urbano está assentado em uma lógica heterogênea.

A análise da problemática de urbanização em Marabá tem como reflexo a ligação com os empreendimentos econômicos concentrados na cidade e sua influência no crescimento do espaço urbano, reafirmada em múltiplas contradições manifestadas por meio da segregação espacial, social e econômica, materializado nos loteamentos planejados e ocupações periféricas.

Esta proposta de pesquisa se apresenta como fundamental para entender o momento econômico e contraditório nos aspectos sociais, que a cidade de Marabá está vivenciando, sobretudo, nos aspectos relacionados à reestruturação do espaço urbano. Nesse sentido, a proposta se apresenta como relevante porque visa demonstrar, com clareza, a contradição no desenvolvimento urbano da referida cidade, sobretudo, quando tomamos para enfoque os loteamentos planejados e as ocupações periféricas.

Este trabalho, embora constitua apenas passos iniciais, nos leva a algumas incursões teóricas que julgamos ser de grande valia para discutir e, sobretudo, teorizar a realidade em questão.

Antes, porém, é necessário rememorar o processo de divisão da cidade em lotes mercadorizados. Como já analisado por Maia (2006):

A divisão das cidades em lotes foi na verdade algo que se deu a partir da Lei de Terras, e, portanto, foi a atitude necessária para transformar o solo urbano em 'mercadoria'. Muito embora a Lei de Terras no Brasil tenha surgido voltada principalmente para a terra rural, é ela que também irá regulamentar a propriedade privada urbana e que vai, portanto, consagrar a expansão das cidades a partir dos loteamentos. (p.157).

Nessa perspectiva de análise dos loteamentos em Marabá, é importante mencionar o que Lefebvre (2001) já colocava em *A cidade do Capital*, pois como ele preceitua, a produção do espaço, após a segunda guerra mundial, resulta do crescimento vertiginoso que alcançaram as forças produtivas. Agora, "o espaço não é somente descoberto e ocupado, ele é transformado, a tal ponto que sua 'matéria-prima', a 'natureza', é ameaçada por esta dominação que não uma apropriação" (Lefebvre, 2001, p.177). Sendo assim, "O espaço se esmigalha, trocado (vendido) aos pedaços" (Idem). Ocorre que a produção do espaço urbano Marabaense que aqui está sendo analisada - loteamentos e ocupações - se insere dentro dessa lógica capitalista de dominação, conservando ainda as suas contradições.

Assemelhando-se a Lefebvre no quesito importância, está David Harvey, o qual demonstra com maestria como ocorre a produção da diferença geográfica. Para Harvey (2004), a produção de espaços desiguais está subsumida a uma lógica de processos políticos, sociais, mas, e, sobretudo, econômicos. Ora, "as bases da sociedade capitalista são, essencialmente, econômicas". Há, portanto, privilégio de espaços que melhor se adequam a essa dinâmica. No entanto, outros espaços são desconsiderados, logo, não recebem atenção semelhante aos demais. Pretendemos olhar os loteamentos como um desses espaços de privilégios, e as ocupações periféricas como espaços desconsiderados.

O proposto aqui apresentado será concebido a partir da compreensão de elementos que são cruciais para esta investigação. A dimensão a ser considerada como pauta deste empenho há de se incidir sobre a economia política urbana de Marabá, abrangendo a organização interna da cidade face à produção econômica. Logo, o intento terá os seguintes eixos de discussão: A reorganização do espaço urbano Marabaense em face do capitalismo; a relação entre o urbano e o rural e suas expressões espaciais; a centralidade da indústria e do comércio urbano de Marabá frente à expansão; produção de desigualdades sócioespaciais intra-urbanas.

Tendo em vista que o espaço urbano de Marabá se constitui mediante as várias frentes de expansão econômicas inseridas na região Amazônica, temos por objetivos primários descrever e analisar a dinâmica econômica que fez por sublinhar características categóricas para a configuração dessa cidade; em seguida, nos propomos discutir do ponto de vista teórico a relação entre a ocupação do espaço urbano e as determinações de classes assim moldada no ambiente capitalista, ressaltando a heterogeneidade econômica, social e espacial que este provoca nesse espaço. Diagnosticam-se os principais elementos para tais disparidades no meio urbano: propriedade privada (terra e meios de produção); o Estado (regulador).

Para entender os objetivos acima procederemos da seguinte forma: estudo de caso com a elaboração e aplicação de questionários numa perspectiva de análise qualitativa. Para isso foi escolhido um loteamento e uma ocupação em Marabá, com a finalidade de traçar o perfil socioeconômico dos moradores que são destinados a configurar os segmentos sociais das duas formas de expansão urbana aqui mencionadas.

Foi utilizado um levantamento e avaliação de fontes documentais e bibliográficas de diversos autores que abordam o tema da produção do espaço urbano brasileiro e regional e as contradições formadas nesse meio no que diz respeito ao desenvolvimento heterogêneo (econômico e social). São processos inerente aos diversos projetos econômicos regionais que tendem a dinamizar o fenômeno migratório para as cidades, hoje passando a atingir principalmente as de porte médio assim consideradas enquanto pólo regional.

Para o estudo da cidade de Marabá, desde sua fundação até os dias atuais, foram utilizadas obras referentes ao desenvolvimento econômico da região, aos principais projetos que deram ênfase ao fenômeno de expansão demográfica nesse território (Emmi, 1999), (Trindade Jr e Rocha 2002); foram também utilizados artigos e notícias em jornais da cidade de Marabá sobre vários aspectos (economia, população, estrutura e infraestrutura). São artigos que tratam sobre projetos industriais (minerais produção de energia); tratam também sobre o inchamento populacional em Marabá que nos últimos anos se intensificou bastante, proliferando a criação de novos bairros na cidade, em sua maioria ausentes de infraestrutura e serviços sociais.

Foi feito um levantamento bibliográfico na subsecretaria de Marabá CPT (Comissão Pastoral da Terra) a respeito das ocupações periféricas e outro na Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá (SDU) sobre os loteamentos privados já consolidados e em processo de consolidação em Marabá, com o intuito de mostrar a heterogeneidade que tende a configurar o espaço urbano desta cidade. A compreensão de leis urbanísticas também foi fundamental para que se percebesse o benefício garantido nas áreas destinadas exclusivamente na produção de empreendimentos imobiliários assim evidenciados no Plano Diretor da cidade; por outro lado, algumas leis regidas na constituição não são colocadas em prática, sublinhando aqui aquelas que mais assolam a problemática urbana no que tange ao acesso: o direito à moradia e ao saneamento básico.

Apresenta-se a pesquisa estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo dedica-se a uma revisão bibliográfica sobre a construção do espaço urbano em função do capitalismo; a relação cidade-campo e as modificações que esta gerou nas relações e modos de produção; elementos e fatores importantes que determinaram a migração rural-urbano. Para esta discussão foram utilizados como referenciais teóricos alguns autores: Lefebvre (2001), Corrêa (1995), Santos e Silveira (2001), Picoli (2006), Marx e Engels (2007), Hébette (2004), Luxemburg (1985), entre outros.

O segundo capítulo traça a consolidação e evolução da história econômica e política que configurou a cidade de Marabá, e o seu papel enquanto

rede urbana importante na produção do espaço regional, conceituando-a no perfil de cidades médias visualizadas a partir da centralidade econômica e política que estas assumem na condição de centros urbanos sub-regionais.

O terceiro capítulo mostra as desigualdades socioespaciais na cidade de Marabá conforme o capital vai se apropriando desse ambiente, destacando a urbanização enquanto processo de acumulação capitalista realizada na geração e exploração da terra urbana para investimento e lucro. Expõem-se as contradições no espaço urbano mencionando os investimentos e a falta desses em distintas áreas desse ambiente, assim visualizadas em Marabá na expansão de loteamentos privados e na expansão de ocupações periféricas, ressaltando nesta última a falta e ausência do poder público em investimento de infraestrutura e serviços sociais básicos.

2. O CAPITALISMO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A percepção a ser abordada no que concerne ao processo de formação do espaço urbano vai muito além de ser reconhecido como um conjunto de pontos, linhas e áreas componentes da dimensão geográfica presentes em sua área. Mais do que condição essencial para a concentração da cidade, o espaço urbano é considerado como uma “unidade social” (Lefebvre, 2001) no qual se permeia uma série de relações sociais entre os homens e a natureza.

Em linhas gerais, tem-se o espaço urbano como o local em que concentra não só a população, mas também os instrumentos de produção deste espaço ligados ao capital, às necessidades e aos prazeres que conduzem para a existência da sociedade urbana. Desta forma, o uso da terra no espaço urbano é definido perante a especificidade em que cada área ira atuar nesse contexto territorial; sendo assim, fazem parte deste conjunto que definem o ambiente urbano: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. “Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado”. (Corrêa, 1995)

Do ponto de vista “social” o retrato configurado para a compreensão do espaço urbano mediante o discurso dos vários autores apreendidos ao curso deste conceito, nos remete atenção para o termo “produzir”. Ou seja, “a cidade é o lugar onde se produzem as obras diversas, inclusive aquilo que faz o sentido da produção: necessidades e prazeres. É também o lugar onde são produzidos e trocados os bens, onde são consumidos”. (Lefebvre, 2001, p.51)

A cidade tem seus princípios traçados a partir do momento em que a propriedade da terra passa a se reconstituir sob a égide do capitalismo, quando a industrialização passa a dominar a produção agrícola em suas diferentes culturas. Antes, o monopólio baseado na propriedade feudal, passa a dar lugar ao novo monopólio capitalista, sendo observado que em algumas regiões os dois modelos de produção – feudal e capitalista – coexistiram e cooperaram por meio de alianças.

Sob esta condição, a terra passa a ser utilizada de modo que o seu efeito orienta a sociedade agreste para a urbanização.

Uma das características que permeia a base material do modo capitalista de produzir é a reprodução que este implica nas relações de produção. O seu anseio em expandir os ciclos e circuitos da produção econômica reconfigura e transforma a matéria-prima, a natureza e o espaço para as exigências e pressões dessa produtividade.

(...) o capitalismo se estendeu ao mundo inteiro, subordinando a si as forças produtivas antecedentes e transformando-as para seu uso. (...) o capitalismo constituiu novos setores de produção e conseqüentemente de exploração e de dominação; entre esses setores citamos: o lazer, a vida cotidiana, o conhecimento e a arte, a urbanização enfim. (Lefebvre, 2001, p.176)

Ao passo que a industrialização vai se desenvolvendo cada vez mais em territórios que detém elementos para uma produção processada a partir da constituição do capitalismo em prol do mercado comercial, as áreas vão sendo ocupadas, tanto por aqueles que detêm o capital para a produção e ampliação desse mercado como por aqueles que serão subordinados a esse sistema de acumulação. Em função desta nova forma de produzir economicamente para um mercado mundial, fazendo com que se propiciem aglomerações de pessoas provenientes dessas novas lógicas territoriais, “a cidade” torna-se sujeito essencial deste intento. “A cidade, veicula as mudanças da produção, fornecendo ao mesmo tempo o *receptáculo* e a *condição*, o lugar e o meio” (Lefebvre, 2001, p.86). Em meio a esse novo processo econômico expansionista que configurou mudanças nas relações e modos de produção ocasionados pelo sistema capitalista, também na cidade irão se consolidar os conflitos providos dessas novas relações e forças produtivas. Lefebvre (2001) reforça quando diz que “a cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais”.

Estando ligada às forças produtivas, e sendo ela própria uma força produtiva, pois dentro dela se reúnem os trabalhadores, as obras, o conhecimento, as técnicas - sendo estes os meios condicionantes para o crescimento e

desenvolvimento da mesma - a cidade se constitui como a sede do econômico e de sua enorme potência.

(...) a cidade desempenha um papel imenso, ao mesmo tempo subordinado ao capital as forças produtivas existentes, como o lugar de acumulação do capital, da extensão dos mercados, da formação da taxa média de lucro e enfim das intervenções políticas. Ao fim do processo, tudo se apresenta como força produtiva do capital e não mais do trabalho. (Lefebvre, 2001, p. 108)

O fenômeno do êxodo urbano ganhou maior densidade a partir da nova função expansionista que o capitalismo instituía com a apropriação das fronteiras econômicas. Ao passo que a tecnologia da produção se apoderava cada vez mais da natureza, as aglomerações urbanas surgiam juntamente com as novas necessidades de consumo, circulação, informação e distribuição que as lógicas territoriais estabeleciam.

(...) as fronteiras econômicas se ampliam, mais áreas são ocupadas e pode-se mesmo dizer, como já o fizemos que o território brasileiro está inteiramente apropriado. Por outro lado, a natureza recuou consideravelmente, enquanto todas as formas de densidade humana ficam mais presentes. Ainda que sua distribuição seja desigual, há, em uma porção considerável do território, maior densidade técnica, acompanhada de maior densidade informacional. (Santos e Silveira, 2001, p.279).

Fazendo parte do contexto que explica de maneira bem restrita o termo território como “um nome *político* para o espaço de um *país*” (Santos e Silveira, 2001, p.20), os autores explicam que esta necessidade vai muito além de identificá-lo como um sinônimo de espaço geográfico. Essa categoria de “território” aponta para a necessidade de analisar e estudar sistematicamente a constituição do território e as transformações sucessivas que descreveram e descrevem o espaço territorial, e assim por dizer na questão central deste estudo, a região aqui já apresentada. “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo das suas diversas etapas e do momento atual” (Santos e Silveira, 2001, p.20)

O peso do mercado externo na vida econômica do país acabou por reorientar a sociedade sob as condições que esse novo dinamismo comercial era acomodado em cada região. A nova economia, que reconfigurou o mercado interno e externo, apresentou sua base funcional através das técnicas representadas por sistemas que incluíam materialidade, modos de organização e regulação, que determinavam e autorizavam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho. Tais sistemas técnicos criados para o desenvolvimento dessas funções descritas acima são feitas através de uma regulação política do território e uma regulação do território pelo mercado, pois a construção das bases materiais dessa regulação responderão exclusivamente as ambições desse mercado. Sendo assim, a conclusão transparecida nesse contexto resulta na criação de “regiões do mandar e regiões do fazer” (Santos e Silveira, 2001, p.22), fato este que fez e faz por acumular defasagens no espaço social e territorial da sociedade, permitindo explicar as diversidades de cada região, “ou aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais”. (Santos e Silveira, 2001, p.23).

A região Amazônica é cenário primordial no que concerne a expansão capitalista e as relações do homem com esse ambiente, pois o seu espaço ocupado pelas diferentes classes sociais, nasce da lógica do desenvolvimento econômico global, fruto da exploração da natureza e da força de trabalho, condições previamente elaboradas pelo sistema capitalista. Como contribuinte para a reflexão sobre o espaço urbano na Amazônia, Lefebvre (2001) identifica este espaço como historicamente produzido pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade, sendo que a consolidação deste espaço urbano é exclusivamente traduzida através de relações conflituosas entre o capital e o trabalho, não se limitando somente no sentido material, mas principalmente nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas sócioespaciais inscritas nesse espaço.

A sobrevivência do capitalismo atual dentro do espaço urbano dessa região se apresenta em meio às contradições nas espacialidades e temporalidades essenciais para a dinâmica interna do espaço amazônico que configurou a estrutura das cidades desse território. Dessa maneira, o espaço urbano aqui envolvido se

formou pela nova pauta da economia política caracterizado pelas desigualdades sociais, pelas crises financeiras, pelas necessidades distintas, sobretudo, pelo agravamento do conflito entre o capital e o trabalho que produzem esse espaço.

As classes envolvidas na nova dinâmica da ocupação do território amazônico configuram-se em duas: uma representada por grupos econômicos que ali vão expandir seus negócios para reproduzir capitais; a outra formada por marginalizados e despossuídos no processo histórico com sucessivas migrações ao longo de suas gerações, que fazem parte do exército industrial do país. (Picoli, 2006, p.08).

O fenômeno da urbanização é resultado de fatores ligados à crise do sistema colonial, sendo assim, formou-se um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil, e sua consequência se pauta a partir do surgimento de uma economia de mercado. Com essa nova economia que passa a movimentar o mercado em escala global, surge a necessidade de ampliação dos “circuitos espaciais de produção e dos circuitos de cooperação no espaço” (Silveira, 2009, p.39) pressionando a fluidez do território. Trata-se do surgimento de “novos territórios político-econômicos, com base na expansão agropecuária e agroindustrial e na extração mineral” (Idem), e outros que fizeram por ampliar e modificar o ritmo de reestruturação dos espaços. Torna-se muito óbvio em meio ao contexto histórico desse fato que a urbanização está vinculada ao processo de industrialização que foi necessário para a expansão da economia interna e externa. Diante disso, a criação de uma indústria, fábrica ou empresa, principalmente de grande porte, tende a atrair para a região pessoas, imóveis e prestadores de serviços, todos necessários ao andamento desse novo pólo de desenvolvimento.

Em torno de uma grande empresa industrial, dependente dela, uma multidão de pequenas empresas se aglomera; umas são do tipo artesanal, outras de tipo manufatureiro, outras enfim pertencem à pequena e média indústria. (...) um círculo de empresas subordinadas geralmente cercam uma grande unidade, que arrasta atrás dela todos os períodos da atividade produtiva. (...) Enfim e sobretudo, a cidade e a aglomeração urbana concentram “serviços”. (Lefebvre, 2001, p.148-149)

Diante desse contexto que ativa o processo de urbanização, a industrialização, sendo ela procedimento para a expansão da economia global, incide muito além do que criadora de atividades industriais; em seu contexto é possível verificar todo um processo social complexo, formando assim um mercado nacional que expande o consumo, e através destes impulsiona as relações e ativa a urbanização. Nessa mesma perspectiva, Sobarzo (2010, p.59) conceitua que “a sociedade urbana deve ser entendida no contexto de um processo que nasce da industrialização e que é anunciado por ela como uma nova fase em constituição”. Estando a cidade conduzida em favor da industrialização, a mesma veio por concentrar em sua totalidade “pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, ideias” (idem).

Pautando-se na lógica já referida, o meio urbano vai muito além do que uma “malha de ruas e construções” Sobarzo (2010); a realidade que faz por identificar o tecido urbano consiste em um conteúdo social proveniente “das trocas, da compra e venda e do mundo de mercadorias, do dinheiro e do capital” (idem).

2.1 O RURAL E O URBANO COMO ESPAÇOS COMPLEMENTARES

A questão central que designa a produção do espaço consiste na relação entre o homem e natureza e as forças produtivas desenvolvidas nesse meio. O espaço natural, antes usado como mediador da constituição humana, logo passa a ser submetido ao homem com limitações e padronizações a partir de uma natureza concebida, ou seja, o homem atuou e atua sobre a natureza para atender as suas necessidades imediatas, modificando a sua própria relação com a natureza e com a sociedade. Enfim, o homem produz e reproduz o espaço envolvendo contradições e particularidades do real, influenciando os processos sociais subsequentes.

O advento do modo capitalista de produção implantado no cenário político e econômico do espaço, antes agrário-exportador e depois urbano-industrial, reconfigura as relações sociais envolvidas na composição desses espaços: rural e urbano. O sentido se pauta nas transformações e construções sócio-espaciais do território a partir da relação existente no contexto entre campo e cidade. O propósito

incide com relação ao uso da terra sob os diferentes níveis procedidos pelos diversos atores que a detêm para a dissolução dos seus anseios.

A internacionalização da economia brasileira e a penetração de capitais multinacionais modificou o meio rural favorecendo o desenvolvimento do meio urbano. Interagindo entre si – campo e cidade – esses espaços refletem o processo de apropriação da terra como meios para a produção e reprodução de uma economia que moldava as relações sociais de produção entre os atores componentes desse processo ainda quando a economia procedia do meio agrário rústico. A agricultura camponesa sob forte pressão do mercado capitalista fez por concentrar um grande fluxo de pessoas em detrimento das mesmas inserirem-se no mercado internacional como fornecedoras de mão-de-obra para as empresas capitalistas e complementares à produção dos latifúndios.

O rural e o urbano são dimensões sociais produzidas no decorrer da história. O rural deve ser compreendido como uma questão territorial, ao passo que o uso do solo e as atividades da população residente no campo não se limitam mais somente à agricultura, mas se vinculam às varias atividades terciárias. O urbano propõe ser considerado como território politico-administrativo em que ali permanecerá um aglomerado de pessoas; núcleos com determinada densidade populacional e com população predominantemente exercendo atividades secundárias e terciárias. O campo é dominado politicamente, e a cidade é dominada por esse campo economicamente.

O espaço agrário, antes ocupado para produção e consumo de subsistência, passa a ser mediado conforme o processo de apropriação para fins lucrativos de expansão e acumulação. Tal feito é empreendido sob o comando da economia de exploração/exportação da natureza e força de trabalho. A região Amazônica como espaço relevante neste estudo sobre a assimilação do seu território mediante forças capitalistas de monopólio econômico/político, evidencia um espaço rural e urbano configurado sob essa lógica. Assim, das varias fases de ocupação na região Amazônica, que vão desde o extrativismo florestal a exploração de minérios, todas decorreram com o intuito de satisfazer as necessidades do mercado mundial. “Historicamente a ocupação da região foi no intuito de aproveitar o

grande potencial de recursos florestais, minerais e introduzir projetos agropecuários com fins lucrativos de acumulação de capitais” (Fiorelo, 2006, p.21).

Em resgate ao processo de apropriação do território amazônico, sua história prevalece em consoantes relações de poder que se formaram a partir de ações conflituosas entre os atores sociais envolvidos nessa dinâmica de ocupação – sejam eles o Estado, grupos privados, fazendeiros, produtores e trabalhadores rurais, colonos, posseiros, dentre outros. Fatos preponderantes no discurso sobre o espaço rural e urbano na região amazônica como mediadores entre si no que concerne ao processo dinâmico de organização e reestruturação de suas bases, são estabelecidos através de relações políticas, econômicas, culturais e ambientais pautadas na exportação agrária e mineral.

Santos e Silveira (2001) em seu discurso sobre as transformações ocorridas no território brasileiro com o advento do capitalismo industrial, identificam elementos que fizeram por movimentar a sociedade e os conteúdos e funções existentes nos lugares.

Relacionadas com a demanda do exterior, formam-se zonas econômicas e criam-se verdadeiras famílias e gerações de cidades (...). Em um primeiro momento, as aglomerações resultaram da instalação dos serviços de governo, começando pela fiscalização das atividades rentáveis tanto na agricultura como na mineração. Cidades do ouro e cidades do diamante, cidades de estrada de ferro, cidades de passagem, bocas de sertão e cidades planejadas pelas companhias de colonização. (Santos e Silveira, 2001, p.31).

A indústria no campo acentuou a separação entre cidade e campo no que diz respeito às relações de produção e conseqüentemente a divisão de classes. Dividida entre os grupos de proprietários dos meios de produção e não proprietários destes meios, as classes sociais são definidas conforme as relações são produzidas entre os homens no processo de produzir. É o momento em que surge o Estado como um instrumento em favor das classes dominantes (proprietários) para garantir o domínio econômico sobre as outras classes. O Estado é a própria criação da classe dominante, por isso Marx (2008) diz que “a riqueza não se cria senão para o Estado, e que a potência do Estado é proporcional a essa riqueza”.

O antagonismo entre cidade e campo reflete a divisão entre duas grandes classes; estas baseadas na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade torna-se obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades (Marx e Engels, 2007). Mas o que realmente define a separação e distinção entre campo/cidade e as classes sociais é a materialização da propriedade privada; fato este que impõe a submissão do indivíduo à divisão do trabalho e a uma determinada atividade (Idem). É o caso da indústria que se fundamenta apenas na e por intermédio da divisão do trabalho. “Na grande indústria e na concorrência todas as condições de existência e condicionalidades e unilateralidades dos indivíduos estão fundidas nas duas formas mais simples: propriedade privada e trabalho” (Marx e Engels, 2007, p.93). A propriedade privada desenvolve-se partindo da necessidade da acumulação; de antemão, a divisão do trabalho se assenta em uma divisão das condições de trabalho, as ferramentas, os materiais; com isso a tendência se torna propícia para a dispersão do capital acumulado entre os diferentes proprietários, tendo como consequência a “oposição” entre “capital e trabalho” – expressão das contradições econômicas na sociedade e conflitos sociais.

A revolução não se define pela eliminação da burguesia como classe política, mas pela superação das relações socioeconômicas que constituem a armadura da sociedade burguesa. A separação da cidade e do campo faz parte disso. (Lefebvre, 2001, p. 123).

Lefebvre (2001) compreende a sociedade urbana como aquela que nasceu da indústria organizada a partir de relações próprias do campo. Deste modo, a terra, o campo, a cidade, a indústria, desempenharam um papel essencial no desenvolvimento da sociedade humana, vindo a produzir transformações na produção, nas relações e modos de produção.

A cidade e o campo são vistos como forças produtivas, pois dentro de cada um é possível identificar elementos que às reproduzem. Todos os meios que concretizam a produção em termos econômicos – o trabalho, os meios de produção, as técnicas, o conhecimento - é processada entre homem e natureza, no qual é da natureza e de seus recursos que o homem vai extrair, produzir, isolar e transformar.

2.2 MIGRAÇÕES DO CAMPO PARA A CIDADE

Como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida sócio-econômica das nações, as migrações fazem parte de um processo global de mudanças em suas diversas matizes. No Brasil esse processo migratório interno é de fundamental importância, tanto do ponto de vista demográfico, como político, econômico, social e cultural.

O processo migratório tem como fator determinante o modo de produção capitalista, pois, a partir da sua consolidação, tornou-se o sistema econômico mundial predominante. O fato foi preponderante para o deslocamento de milhares de migrantes em busca de novas oportunidades, entretanto, essa dinâmica de deslocamento do agrário para a indústria provocou sérias consequências econômicas, sociais e também culturais, devido à adaptação ao "novo". Embora ocorram esses prejuízos sociais, no capitalismo existe uma causa ou explicação principal para a migração: a econômica. Que passa a ser vista como deslocamento de grupos humanos para áreas em que o sistema produtivo concentra maiores ou melhores oportunidades de emprego.

Hébette (2004) entende que existe uma relação articular entre Estado e movimentos migratórios. O mesmo conceitua o fato identificando o Estado como um "Estado de classe", contendo nele três campos de atuação como apreensíveis para o seu entendimento: o econômico, o jurídico-legislativo, o ideológico. Nesse mesmo contexto Saes (1985) relata a formação do Estado Burguês no Brasil como aquele em que a sociedade é dividida em classes.

A formação social brasileira, na sua passagem do escravismo moderno ao capitalismo, tem sido analisada sobretudo em seus aspectos econômico e social: a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado, o nascimento da indústria, a formação de uma classe propriamente burguesa. (...) formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova ideologia dominante, uma nova estrutura do Estado – da passagem ao capitalismo. (Saes, 1985, p.15 e16).

Além do fator econômico provocado pelo capital, outros acontecimentos de ordem política justificaram a saída de pessoas de seu *habitat* natural. Desse modo, utilizando-se de várias estratégias, o capital faz com que a força de trabalho dos migrantes esteja sempre sob o seu domínio, sendo que para isso se utiliza de meios controladores dessa mobilidade.

A questão consiste em ser analisada sob o ângulo da função do Estado na gestação e na gerência da força de trabalho para o capital. Tal evidência é bastante compreensível nas entrelinhas de Hébette (2004):

A partir de 1930, aproximadamente, e em virtude da crise mundial que atinge o setor exportador agrícola brasileiro, processa-se a ascensão da classe burguesa industrial e urbana no Estado, o que vai deslocar do campo para a cidade os centros regionais do poder, principalmente nos Estados do Centro Sul. Com o fim da 2ª Guerra Mundial e o rearranjo da economia capitalista que lhe segue, assiste-se a uma violenta internacionalização da economia brasileira, principalmente no setor industrial. Daí em diante, a atenção do Estado vai convergir para a acumulação no setor industrial e urbano, em detrimento do setor agrícola e do campo. (p. 357).

A ruptura se reforça de maneira acelerada e a questão da força de trabalho é fundamental nessa política; a acumulação de capital procura estar acompanhada da mobilização de uma força de trabalho que lhe esteja subordinada. Nessa mobilização estão os movimentos migratórios, que aparentemente apresentam movimentos espontâneos. Na verdade são movimentos provocados pelo deslocamento do capital da agricultura e do campo para a indústria e a cidade. É importante ressaltar que o fenômeno é social, ou seja, trata-se de mudança na sociedade. Trata-se da passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana de caráter especificamente capitalista.

É bastante óbvio notar que o capitalismo veio a se desenvolver historicamente em um meio social não-capitalista. A economia servil do campo e as corporações profissionais urbanas foram o cenário primordial para a sua instância. A distinção desse processo é analisada em três fases: a luta do capital contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no

cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação. Luxemburg (1985) define as condições e propósitos desse intento.

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. (...) a produção que se destina à satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias. (Luxemburg, 1985, p.253).

Os objetivos econômicos que o capitalismo sempre veio a perseguir em sua luta contra as sociedades de economia natural foram:

(...) apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha e etc; "Liberar" força de trabalho e submetê-la ao capital para o trabalho; Introduzir a economia mercantil. (Luxemburg, 1985, p.254).

A apropriação de todos os meios convenientes à produção de um mercado capitalista industrial é princípio e base do fenômeno migratório, sendo que dois fatores atuando em conjunto provocam esses deslocamentos populacionais: a expulsão e a atração. No mesmo sentido que uma determinada dinâmica econômica atrai os que buscam a sobrevivência, a mesma expropria. Alguns fatores de expulsão que levam às migrações decorrem da introdução de relações capitalistas nas áreas de produção para subsistência para uma produção de exportação e acumulação, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários.

A condição para a proliferação do capital na esfera do campo nunca aconteceu de forma pacífica. O fato reside entre as forças produtivas e forças sociais que se enfrentam mediante interesses contrários. O método da violência é a consequência direta do choque que se estabeleceu entre capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreiras a sua acumulação. Enfim,

o capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações. Sob esta égide o capital determinará a criação de uma força de trabalho disponível, maleável e barata a serviço desse capital, o que implicará a existência de um excedente populacional.

A função do excedente é de garantir a maleabilidade, a mobilidade, a subordinação da força de trabalho empregada pelo capital. A criação dessa força de trabalho coletivo passa necessariamente pela liberação do trabalhador – artesão ou camponês – de tudo que o “amarra” à sua atividade: a terra, a oficina, o pequeno comércio; ela passa necessariamente pela expropriação, pela expulsão da terra. (Hébette, 2004, p.358).

O capital desde quando introduzido no meio agrário, tem sua sobrevivência pautada em uma política de integração, expropriação e subordinação para com aqueles colocados à disposição – em sua maioria de forma obrigatória - da expansão econômica industrial. Pode-se verificar o processo migratório sob as condições capitalistas adentradas no território amazônico.

O estágio de subordinação ao capital na Amazônia diz respeito à geração da força de trabalho dissociada de seus meios de produção (...). É a fase de expulsão da agricultura que acompanha os fluxos migratórios, de destruição do artesanato tradicional pela invasão dos produtos industrializados; é a fase da chamada “liberação” da força de trabalho transformada em mercadoria, vendida e comprada. A fase amazônica da mobilidade é a que arranca da sua terra o trabalhador nascido com seus pais, na roça ou no sítio; que obsoleto os equipamentos do artesão e torna arcaica sua produção. (Hébette, 2004, p.172)

A migração é um fenômeno que, desde tempos remotos, ocorria com as chamadas sociedades primitivas, pois as pessoas migravam espontaneamente e, quase sempre, coletivamente para outros territórios à procura de novos espaços para cultivar e retirar do solo recursos alimentícios. Nesse contexto, a terra tinha um valor de uso, fator indispensável à sobrevivência humana. Com a evolução e a consolidação do modo de produção capitalista, as causas migratórias passam a ser outras. Isso porque a terra passa a ter um novo valor, o de troca. A partir daí os recursos naturais passaram a serem controlados, dificultando o acesso para a maior parte da população a eles.

Esse fato se torna evidente a partir de políticas implementadas pelo Estado na região amazônica – sendo este considerado um Estado de classes – em favor dos interesses de alguns.

É que o Estado, sendo Estado de classe, não pode se permitir políticas contrárias aos interesses do capital, ou mesmo aos interesses de classes dos grandes proprietários fundiários. Tanto é assim que, em junho de 1976, uma simples Exposição de motivos conhecida pelo nº 005, garantia a manutenção dos latifúndios criados na Amazônia, mesmo “a revelia da lei e da ordem”, uma vez que contribuíssem para o desenvolvimento da região. Política, portanto, contrária à de fixação do homem à terra – mas favorável ao subdesenvolvimento do trabalhador da terra e à criação de excedentes, com vistas a sua utilização sazonal nas fazendas, ou nos grandes projetos, que se multiplicam na Amazônia (construção de estradas, de hidrelétricas, mineração, extração de madeira, etc.). (Hébette, 2004, p.360).

Os mecanismos de expansão utilizados pelo Estado são os mais variáveis, mas em sua maioria, esses mecanismos têm em comum a extrema limitação do espaço reservado para pequenos produtores, enquanto que para outros – fazendeiros por exemplo – as áreas reservadas são mais vastas. Enfim, segundo Hébette (2004) a política fundiária é reforçada por uma política creditícia que só pode beneficiar o grande produtor, pois privilegia quem tem condições de plantar produtos de exportação. Situações essas, onde a apropriação privada da terra no território amazônico tem sido concedida mediante legalização do Estado para fins de acumulação, desapropriando o pequeno proprietário, visto ser uma apropriação voltada para os interesses do capitalismo;

(...) ela rompe com as formas anteriores de apropriação e de exploração; ela não reproduz a classe tradicional dos proprietários da terra que vivem de arrendamento aos camponeses ou de parceria. A apropriação visa ou à exploração agropecuária realmente capitalista, geradora de mais-valia-relativa, pelo próprio dono, ou objetiva a especulação. Num caso como no outro, ela é incompatível com a permanência de produtores autônomos, e portanto, necessariamente expulsora. (Hébette, 2004, p.126).

Sem dúvida, a ocupação do espaço e as transformações na estrutura econômica da região amazônica têm suas causas e efeitos em decorrência da

expansão capitalista. As terras disponíveis e os recursos naturais que tem a oferecer reproduziram ao mesmo tempo um pólo de atração e expulsão. Ao passo que muitos vieram para esse território visualizando a subsistência, outros visualizaram como fonte de exploração para o comércio e lucro. Após grandes transformações econômicas na estrutura produtiva agrária da região, o fenômeno migratório para áreas rurais, condicionadas principalmente pela disponibilidade de terras, sugeriu outra dimensão seguida de problemas em torno da posse do solo e da estrutura fundiária. A migração passa a se consolidar no meio urbano, pois, segundo Castells (1942) “ a fuga para as cidades é, em geral, considerada muito mais como o resultado de um *push* rural do que de um *pull* urbano quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana”. (p.85).

Diante de uma estrutura em que “o conjunto do sistema produtivo se reorganiza em função dos interesses da sociedade dominante” (Castells,1942), o pequeno produtor não vê saída se não procurar meios para sua sobrevivência em outro espaço – sendo agora o urbano. Em conformidade com o fato, Hébette (2004) considera o processo de migração do campo para a cidade como uma característica do subdesenvolvimento gerado a partir das contradições econômicas e sociais formadas conforme as novas relações de produção capitalistas. Hébette (2004) chama a atenção para o fenômeno fundiário, pois segundo pesquisas a respeito, a expulsão de pequenos lavradores tem suas consequências pautadas na grande concentração de terras nas mãos grupos dominantes. Enfim, “a expropriação de suas terras coloca diante deles três alternativas: migração para uma área nova, trabalho assalariado nas fazendas e êxodo rural para centros urbanos regionais e extra-regionais”. (Hébette, 2004, p.162)

Ao que parece mais contundente, a migração das zonas rurais para as cidades realiza-se pressionada pela penetração na economia “tradicional” de novas formas e relações de produção capitalistas com suas contradições de consumo, de mercado de trabalho, de concentração de renda; sendo assim, esse processo transforma o posseiro, o pequeno proprietário em trabalhador assalariado, da mesma forma que expulsa e reorienta parte dessa força de trabalho para as cidades. É o que Hébette (2004) chama de “mobilidade da força de trabalho” em que no

contexto do capitalismo como modo de produção dominante, a força de trabalho é submetida a uma mobilidade condizente com os objetivos de produção de mais-valia¹ do capital; “mobilidade essa que inclui os deslocamentos dos trabalhadores para onde o capital precisa deles, ou melhor, uma disponibilidade a operar os deslocamentos necessários, para onde e quando convier ao capital”. (Hébette, 2004, p.171).

¹Segundo Marx, a mais-valia procede do lucro que o capitalista adquire no processo de produção através do aumento de jornada do trabalhador e também pelo aumento da produtividade. (apud Sell, Carlos Eduardo, 1971 – Sociologia clássica).

3. MARABÁ: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA CIDADE.

O ponto de partida para a análise do desenvolvimento histórico de Marabá consiste na formação do primeiro núcleo populacional que veio a integrar a região como fonte de colonização, pois segundo Moura (1910) “essa área habitada por índios gavião já havia sido visitada por religiosos, comerciantes, garimpeiros, bandeirantes e exploradores profissionais”. Trata-se da colônia agrícola do Itacayuna, que veio da expedição de Carlos Gomes Leitão em 1895. Este era chefe político em Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis-Goiás, e após ser derrotado em seu feudo, passa a ocupar esta região acompanhado por um grupo composto por vaqueiros, lavradores e comerciantes.

Para o norte seguiu um contingente de criadores e de comerciantes, liderados pelo coronel Carlos Gomes Leitão, que desceram o Tocantins em direção ao Itacayuna onde estabeleceram uma colônia agrícola, o Burgo do Itacayuna. (Velho, 1972 apud Emmi, 1999 op. cit. p.30).

O surgimento do Itacayuna procede após a abolição escravista no Brasil (1888), surgindo em seguida a República Federativa (1889) - período em que o país passa a vivenciar uma dinâmica que é profundamente marcada por rivalidades entre os partidos da época - na qual permite aos Estados-membros dessa estrutura ganhar autonomia para adquirir empréstimos externos, organizar forças militares e principalmente no que interessa ao processo de habitação em Marabá, “dispor das terras devolutas de seu território, criando o seu próprio Serviço de Terras e Colonização”. (Emmi, 1999)

O entendimento dessa estrutura de poder, configurada em grupos oligárquicos com fins de interesses nos negócios públicos, passam a se concentrar na região aqui estudada, levando em conta para o acontecimento desta, varias mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil após o inicio da Republica, que vieram a influenciar categoricamente para a consignação da dominação oligárquica. Tal feito é bem despontado quando discute Emmi (1999).

Com a lei de Terras de 1850, as modificações ocorridas na organização do trabalho e na posse da terra contribuíram para

reestruturar o poderio dos fazendeiros; se, antes, cada um mandava na grande fazenda, com a construção do Estado centralizado, os fazendeiros vão ter que organizar sua forma de participação no poder. (...) A transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados, prevista na Constituição Republicana de 1891, vai beneficiar, em regiões como o Norte, a formação de novos latifúndios, uma vez que essas terras ao serem transferidas para os Estados passam para o controle das oligarquias regionais que delas vão se aquinhoar. (p. 47 e 48).

Em fins de análise sobre a legislação de Terras no Brasil, é possível verificar que sua efetivação prevalece para a garantia da independência das autoridades locais. Isto é previsto quando se faz uma interpretação minuciosa do que esta no decreto 410 de 8/10/1981 reportado na legislação de Terras do Estado do Pará, fica evidente as brechas que se concretizaram para a “ampliação de todos os latifúndios existentes nos seringais, balatais e castanhais e castanhais nos rios do Pará”. (Emmi, 1999)

ARTIGO 6º - Considera-se cultura efetiva, para os efeitos deste decreto, não só a plantação de árvores frutíferas, roças e os mais trabalhos de lavouras, como também a conservação e o cultivo de vegetais aproveitados pela indústria extrativista. PARÁGRAFO ÚNICO – As pastagens de gado em campos próprios para a criação é equiparada para revalidação e legitimação, à cultura efetiva, uma vez que nos ditos campos existam currais e arranchamentos. (Emmi, 1999, p.49).

Estando inserido nessa nova dinâmica de reestruturação político-administrativa pela qual se passava no Brasil, a criação do Burgo do Itacayuna no Estado do Pará se materializa a partir de lutas partidárias nacionais e conflitos locais de caráter político e religioso. Tais conflitos assumiam de forma bem específica a disputa de poder entre coronéis com a simples finalidade de exercer o controle de territórios locais.

Em dados provenientes do Relatório de Ignacio Moura sobre a colônia agrícola do Burgo do Itacayuna, Emmi (1999) aproveita os detalhes minuciosos com que este recompõe a constituição e estrutura dos grupos que estavam a fazer parte daquela área.

Quem eram os moradores do burgo? Eram vaqueiros, agricultores, comerciantes e antigos proprietários de terras de Goiás e do Maranhão que, segundo o viajante, vieram para ali espontaneamente só lamentando os inconvenientes da pobreza que é extrema a eles por terem sido espoliados de seus bens com a guerra civil de Boa Vista. (Moura apud Emmi, op.cit. p.31).

As más condições existentes no local em que surge o Burgo fazem com que haja um deslocamento do povoado para uma zona mais favorável ao desenvolvimento da colônia. “Nesse momento aconteceu certa dispersão dos colonos que se espalharam beira-rio ou para povoados vizinhos” (Emmi, 1999, p.32).

Sob informações emanadas de Moura (1910) a autora de “A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais”, assinala as atividades econômicas exercida na época pelos então estabelecidos no local.

A força de trabalho do burgo era dirigida inicialmente para a agricultura. (...) Além da agricultura, se está praticando o extrativismo da castanha, usada na alimentação dos colonos e dos animais. (...) A criação de gado é também iniciada pelos colonos. (Emmi, 1999, p.31 e 32).

Diante desta prática agrícola que passa a ser predomínio de sobrevivência nesta localidade, “em 1986 a população do Burgo era de 222 habitantes, constituindo 55 famílias agrícolas” (Emmi, 1999). Nas proximidades do Burgo do Coronel Leitão efetiva-se uma série de atividades que tendem a dinamizar a organização econômica da região. Uma dessas atividades é retratada na descoberta de árvores do caucho, o que gerou uma grande migração, em especial de maranhenses, goianos e cearenses, para essa área, época esta em que o auge se voltava para a borracha na Amazônia.

A época mencionada acima, além de dinamizar o fluxo econômico da região Amazônica, reorganiza uma série de relações estabelecidas entre os iniciais colonos do Burgo, tanto no trato da terra para a produção dos alimentos de autoconsumo, como para a comercialização do excedente. Lefebvre (2001) explica tal fato quando diz que “a terra, o campo, a cidade, a indústria, desempenham um

papel essencial no futuro da sociedade humana, nas transformações da produção e das relações e modos de produção”. Nota-se que a extração do caucho por conta do seu valor de troca modificaria as relações de produção e trabalho entre os homens, o que a partir disto vem a originar a cidade de Marabá já que mercado da extração se tornaria propriedade dos investidores para a sua expansão; diz Emmi (1999:36): “o domínio do capital mercantil influiria ate mesmo no deslocamento da povoação do antigo Burgo para uma área que, situada entre os rios Tocantins e Itacayuna facilitaria o escoamento das mercadorias e as trocas que seriam realizadas”.

Emmi (1999) conceitua que o declínio do Burgo teria uma estreita relação com a descoberta do caucho, o que viria a provocar “o deslocamento dos objetos iniciais da agricultura para a extração da goma”.

O caucho veio assim contribuir para o despovoamento do Burgo, uma vez que a facilidade de comunicação levou os caucheiros a se localizarem na ponta de terra situada entre o Tocantins e o Itacayuna, e aos comerciantes a armarem seus barracões que forneceriam as mercadorias necessárias para o internamento da mata. (Emmi, 1999, p.36).

A constituição da cidade de Marabá tem sua lógica assentada em um poderio econômico que determinaria a apropriação do território para mais adiante proliferar uma hierarquia administrativa no local, o que provocaria uma série de problemas políticos e econômicos na localidade. Como já mencionado por Lefebvre (2001), quando o mesmo identifica nas sociedades asiáticas grandes impérios estabelecidos sobre a base da comunidade agrária, “a cidade, cujo papel é decisivo como sede de soberania despótica, elas não escapam aos caprichos dos déspotas; ora participam da estabilidade do conjunto econômico-sociopolítico, quando seu espaço é particularmente favorável”. O que antes se tratava de uma colônia agrícola caracterizada apenas na produção para a subsistência, passou a ser um centro comercial em meio à lutas. É nesse sentido que Emmi (1999) resume Marabá e uma cadeia de relações manifestadas por interesses entre os membros da época do caucho.

O comércio da borracha influenciou nas relações entre os homens, na manifestação de seus interesses e na condução dos problemas

políticos e econômicos da área. Onde predominava o valor de uso ou a produção para a subsistência que caracterizava a economia do Burgo, passou a predominar o valor de troca; o caucho só tinha sentido econômico para a troca voltada para o exterior. As lutas entre os donos de cauchais, entre patrões, numa época em que Marabá se encontrava quase que isolada do resto do Estado, não era uma luta pela terra em si, mas pelo controle das fontes do látex, pois são as árvores, são os cauchais, que constituem o elemento básico, o elemento motivador da apropriação e só por extensão a terra que contem o caucho. (Emmi, 1999, p.38).

A extração do caucho predominou seu apogeu econômico em fins do século XIX, o que não durou um longo período, pois sua descoberta veio na época em que o decaimento do preço da borracha da Amazônia provocou sua crise. Em decorrência desse declínio, o capital e a força de trabalho na Amazônia buscaram outros produtos de origem extrativista, o que nesta região passou a ser executada na extração da castanha, vista ter sido bem aceita na expansão do mercado exterior. O município de Marabá vai sendo reconhecido pela riqueza de seus castanhais que em “1927 passa a produzir 60% do total de castanha do Estado” (Emmi, 1999) sendo o seu sistema de comercialização moldado conforme se comercializava a borracha.

A gênese que se prevaleceu sobre o território de Marabá consiste em grupos oligárquicos que controlam o poder político, econômico e social desta localidade, tendo o controle deste poder respectivo a propriedade da terra em função de interesses comerciais de exportação, seja do caucho ou da castanha, sendo esta última mais intensificada e explorada na economia de Marabá da época. Diante desta lógica de monopólio econômico que se utilizou nesta região, a sociedade local vai sendo moldada conforme este processo de dominação e apropriação do território aqui em questão.

A economia extrativa da castanha que propicia a alguns o controle do trabalho e da produção vai dar uma conotação particular ao processo de formação da sociedade local, em que grupos representantes do capital mercantil passam a exercer a apropriação econômica – quer pela extração do lucro comercial sob diferentes formas, quer pela exploração do trabalho nos castanhais – dando-lhes condições para o exercício da dominação política local, tornada meio de controle até mesmo da apropriação da terra nas áreas de castanhais, apoiada nessa economia florescente durante várias décadas. (Emmi, 1999, p. 74).

Sob o entendimento do poder local que passou a vigorar na Amazônia em meio ao ciclo da borracha e da castanha, o que se verifica como critério primordial para tal acontecimento, consiste em características regionais como ponto de vantagem para os que procuravam estabelecer seus domínios na região. Algumas destas tratam-se do isolamento das cidades e povoados acessíveis somente pelos rios, o que se ajustava para alguns o privilégio exclusivo das comunicações, dos transportes, e então dos comércios.

Alguns desses grupos locais que não eram apenas comerciantes-financiadores e que passaram também a “donos” ou “arrendatários” de castanhais, detinham também o controle das comunicações por meio dos rios. Eram, na maioria dos casos, proprietários dos barcos usados no transporte da castanha; controlavam não só o comércio da castanha, como também grande parte de gêneros alimentícios. Por meio da apropriação da terra, passaram a controlar toda a atividade produtiva, tendo a seu dispor os meios que os capacitavam a controlar a atividade produtiva desde a extração da castanha lá na mata, o transporte para Marabá, até a entrega para o exportador, estavam dadas as condições iniciais para que alguns desses grupos exercessem a dominação política local. (Emmi, 1999, p.75)

A oligarquia que se constituiu nas áreas banhadas pelos rios Tocantins e Itacaiúnas, na época em que a economia principal desta região girava em torno da coleta da castanha, refere-se a grupos organizados em torno de famílias e empresas que passaram a controlar a atividade econômica da castanha, o que exigiu o controle da terra; sendo assim, a propriedade da terra conduziu ao predomínio do poder político. Enfim, a história de Marabá no nível social e econômico, demonstra que a dominação política, que se fez presente em sua trajetória por meio de grupos detentores de grandes propriedades rurais, principalmente as áreas de castanhais, reforça seu desígnio na concentração da propriedade da terra mediante as várias formas de apropriação aqui já expostas.

A força dos grupos que se formaram em Marabá detinha, além do monopólio da terra, o monopólio comercial e ambos deram sustentação básica para essa forma de dominação. Tiveram ainda o apoio das políticas de terras do Estado, conforme Emmi (1999) expressou em sua obra.

(...) verificando-se cada vez de maneira mais evidente a participação das “chefias políticas” nas concessões de terras devolutas do Estado,

sobretudo nas destinadas à exploração de produtos nativos, pois a Lei nº 1747 de 1918 permitia a compra de terras devolutas do Estado e a lei nº 1947 de 1920 previra o aforamento perpétuo em terras devolutas para a indústria extrativa de produtos vegetais. (Emmi, 1999, p.77).

Marabá está localizada no sudeste do Pará, na confluência de dois rios – o Itacaiúnas e o Tocantins. Atualmente, o município possui uma extensão de 15.157,90 quilômetros quadrados e é o quarto mais populoso do Estado do Pará, contando com aproximadamente 238.780 mil habitantes segundo o IBGE/2011.

Como vimos, o nascimento desta cidade foi consolidado e evidenciado através de lutas pela “posse da terra”, sendo que tal fato passa a ser mais evidenciado a partir da década de 1970, apresentando seu teor na intensa concentração da propriedade fundiária em função de oligarquias familiares e de empresas vindas de varias regiões brasileiras e estrangeiras. Uma característica de sua formação é o crescente número de trabalhadores que, recém- chegados à região, passam a concretizar a categoria de “despossuídos, expropriados e expulsos da terra”. (Emmi, 1999) “A cidade se torna, no curso da história, o cadinho onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas”. (Lefebvre, 2001)

A princípio essa luta pela terra começou entre agricultores recém-chegados à Amazônia e uma oligarquia formada por famílias tradicionais, posseiras de enormes áreas de castanhais. Até os dias de hoje essas famílias vêm usando de todos os instrumentos políticos e econômicos para aumentar os domínios, o que faz provocar uma série de reações e conflitos por parte de grupos sociais. A expansão do capital, a partir dos anos 1970, com base nos grandes projetos minerais e na agropecuária, veio competindo com o poderio dessas famílias, criando ao lado desse latifúndio extrativista um novo latifúndio que passou a contribuir na modificação do perfil fundiário local.

O município de Marabá vivenciou vários ciclos econômicos. Até o início da década de 1980 a economia era baseada no extrativismo vegetal. No início o

extrativismo girava em torno do látex do caucho, cuja lucrativa exploração atraiu grande número de nordestinos. Desde o fim do século XIX (1892) até o final da década de 1940, o extrativismo foi marcado pelo ciclo da borracha que contribuiu sobremaneira para a economia do Município e da região, porém, a crise da borracha levou o município a um novo ciclo, desta vez, o ciclo da castanha-do-pará, que liderou por anos a economia municipal. Houve também o ciclo dos diamantes, nas décadas de 1920 e 1940, que eram principalmente encontrados às margens do rio Tocantins. Com o despontamento da Serra Pelada e por situar-se na maior província mineral do mundo, Marabá também viveu o ciclo dos garimpos, que teve como destaque maior, a extração do ouro. Desde o início da década de 1970 o município passou a vivenciar a instalação do Projeto Grande Carajás e posteriormente de indústrias siderúrgicas, que dinamizaram bastante a economia local, sendo este último a ser ponderado em discussões mais a frente.

Após a época da borracha, a economia de Marabá se sustentou quase que exclusivamente na extração da castanha. Antes, a coleta da castanha se inicia com uma fase de “livre extração”, em que a terra não era apropriada por particulares. A partir dos anos 20 ela passa a ser usurpada sob diversas formas, desde compra direta ou mediante títulos da dívida pública do Estado até ao arrendamento e aforamento dos castanhais.

A partir desse momento em que a castanha alcançou preços elevados no mercado internacional, surge a luta para dominar o seu comércio, sendo este viabilizado por meio do controle da terra. Por conta deste intento em função do domínio de territórios para a expansão econômica da época nessa região, veio a se estabelecer condições para o controle político e para o aparecimento das chefias locais em moldes oligárquicos.

A forma simplificada para a apresentação desse domínio sobre a terra em Marabá até os anos 50, consiste em um quadro fundiário dividido em dois gumes: de um lado, terras compostas por índios e camponeses, ambos em contínua redução; e do outro, latifúndios dos exploradores da castanha em contínua expansão. É sob o efeito da concorrência pela propriedade da terra que começa a se configurar o declínio do poder político dessas famílias. Emmi (1999) transcreve o período em que

se manifesta tal fato e quais os agrupamentos proeminentes dessa concorrência pela terra:

Isso se dá a partir da década de 70, quando, como resultado da Política de Integração Nacional, a terra passa a ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce) ou privadas (como o Banco Bamerindus), ou ser apropriada para a construção da rodovia Transamazônica com vistas à colonização pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e posteriormente pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob fiscalização do Serviço Nacional de Investigação-SNI, como na serra pelada. (p. 16 e 17).

Com essa nova fase de expansão da fronteira para o Norte são estabelecidas novas formas de associação do poder econômico e do poder político, características da fase do capitalismo financeiro. Antes, diante de um domínio local absoluto, o sistema de apropriação/dominação passa a se reorganizar de maneira a se vivenciar uma nova realidade em uma forma mais avançada de capital, o que cria um novo tipo de relações sociais que tem como base o “capital financeiro estatal e privado”. Tal fato é sustentado pelo Estado, e assim, “como se estivesse excitado por uma longa espera, o capital financeiro se jogou em cima do solo amazônico, que nem um bando de gaviões sobre sua presa” (Hébette e Marin, 2004).

É possível evidenciar diante dessa nova forma de expansão do capital, o quanto a mesma aprofunda as contradições sociais dimensionadas por um vasto movimento de expulsão de trabalhadores da terra de várias regiões do País e conseqüentemente sua migração para o Norte. Ao passo que o processo de migração de uma região para outra tende a alcançar desafios desconhecidos, estes em sua maioria são causados por meio da busca de novas fontes para a sobrevivência daqueles espoliados de seus territórios. O fato permeia para a luta com o desconhecido já habitado por uma força maior, estando este episódio bem configurado nas entrelinhas de Emmi (1999).

Alheios à história da região e não integrados a sua estrutura oligárquica, esses trabalhadores tentam conquistar sua terra por meio da luta tanto com os oligarcas quanto com os novos grupos

econômicos. Os castanhais estão ameaçados ao mesmo tempo pelo capital de fora e pelos posseiros recém-chegados, provocando a “guerra dos castanhais”, como foi caracterizado pela imprensa. A terra tornou-se, portanto, o campo onde se concretiza e evidencia a luta pela transferência do poder. (p. 17 e 18).

O mercado mercantil lidera seu domínio naquela região até os anos 60, logo adiante, esse mercado é obrigado a estar sob a subordinação do capital industrial e financeiro. O grupo social antes apoiado no capital mercantil, vê-se condicionado a uma nova realidade em que os novos componentes aparecem nessa estrutura social posicionados com bastante força para atuar na área em questão.

Marabá deixa de ser apenas terra de donos de castanhais, dos coletores de castanhas, dos camponeses, dos índios; agora ela é também terra dos bancos, dos pecuaristas, dos grileiros, dos garimpeiros, dos projetos de colonização pública e privada, das companhias de mineração, da gestão militar, das indústrias de ferro-gusa, das áreas de produção de carvão vegetal. (Emmi, 1999, p.18).

Dito assim, verifica-se que o poder político local da época determinado na castanha perde sua supremacia que passa a ser liderada por outros grupos com uma procedência política baseada no capital e no Estado militarizado.

Em meio às informações levantadas por Emmi (1999), sobre o contexto histórico de Marabá, sua base fundamenta-se em uma sociedade consolidada a partir da interação entre o controle político e a estrutura econômica local. Isso remete ao processo das relações sociais para determinar a divisão e a posição dos grupos envolvidos no processo de produção, sendo obvio o acirramento dos conflitos a partir desse ponto que a dinâmica da história de Marabá se desenvolve. O parecer sobre esta cidade é previsto em dois aspectos: “Marabá apresenta uma estrutura fundiária concentrada, sua história registra dois diferentes processos de concentração. Num primeiro a terra é buscada como fonte de riqueza natural; no segundo, a terra é transformada em mercadoria”. (Emmi, 1999).

3.1 EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM MARABÁ

Concomitante ao jogo de interesses dos grupos oligárquicos que detinham as áreas de castanhais, as leis vão sendo adaptadas como meio de priorizar os mesmos. Os arrendamentos prevaleciam e ganhava maior virtude no estabelecimento da Lei nº 913 “que teriam prioridade ao aforamento as pessoas que anteriormente tivessem arrendado o castanhal pretendido” (Emmi, 1999), determinação esta que deixa transparente a modalidade de arrendamento consistente em uma forma de desempenhar controle político e econômico sobre alguns pequenos e médios produtores da coleta da castanha.

A concentração das áreas de castanhais em posse por aforamento se aguça por toda a década de 70, entretanto, é nessa época que sucessivas transferências de direitos irão colaborar para modificações do perfil fundiário dos castanhais. Como já dito, Marabá até o fim dos anos 60 foi conhecida como “terra dos castanhais”; a partir da década de 1970 já não passa mais a deter desta expressão, “é terra de colonização, terra da pecuária, terra de mineração do Carajás” (Emmi, 1999), pois várias modificações na região Amazônica ligadas ao interesse do capital industrial e financeiro especuladas na riqueza mineral do seu subsolo faz com que Marabá se torne acessível ao resto do país, sendo exemplo disto a abertura da Transamazônica nos anos 70.

Estando inserida nessa nova dinâmica da política econômica, “a estrutura do poder local de Marabá apoiada no comércio e na exportação da castanha vai ser incomodada”. (Emmi, 1999). A população de Marabá cresce de forma acelerada entre 1960-1970, antes somada em 24.474 habitantes nesta última década, passa a perfazer um total de 59,745 em 1980. (Emmi, 1999). Síntese necessária para este acontecimento é postado aqui:

A abertura das estradas e a implantação dos grandes projetos governamentais na área do Tocantins, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás, a ferrovia Carajás-Itaqui, contribuíram para que boa parte da mão-de-obra da castanha para aí se deslocasse. (Emmi, 1999, p.109).

Essa nova tendência de expansão do capital que passou a ser promovido na região Amazônica, juntamente com a centralização autoritária do Estado, intervém densamente na estrutura social e política oligárquica que compunha a cidade de Marabá; seu espaço urbano vai se configurando conforme os diversos níveis de ampliação da sua economia.

(...) a economia centrada no extrativismo vegetal vai se diversificar. A mineração industrial, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos (os colonos), a pecuária, a construção civil vem quebrar o quase exclusivismo da atividade castanheira; o comércio se amplia, os bancos aparecem e um setor terciário emerge independentemente da castanha. (Emmi, 1999, p.107).

Com o implemento de grandes projetos na Amazônia, o território de Marabá passou a ser visto como um ator importante nas mudanças do desenvolvimento econômico que passaram a vigorar. Segundo Pires (2006), a presença de uma grande atividade econômica em algum lugar polariza outras atividades, fazendo com que este polo propague em torno dele toda uma dinâmica de desenvolvimento, e seus efeitos são constituídos na aglomeração e criação de atividades anexas que constituem o motor do crescimento regional. Foi o mesmo que ocorreu em Marabá com a abertura da Transamazônica.

(...) aparecem as construtoras com seus acampamentos inaugurando novas relações de produção, expandindo na região o assalariamento e provocando o surgimento de um mercado regional capitalista da força de trabalho. Com as empresas de mineração e de construção, o dinheiro corre na cidade de Marabá e a monetarização da economia se generaliza. (Emmi, 1999, p.107).

Quando a cidade de Marabá começa a se expandir em função do capital industrial que passa a controlar a economia regional e o seu crescimento, a função e o uso da terra vão ganhando novos rumos. As terras adjacentes a Transamazônica são destinadas para propriedades agrícolas de pequenos produtores; grandes propriedades pecuárias passam a se formar por meio de isenções fiscais; muitas mineradoras multiplicam seus pedidos de licença de lavra; os acordos públicos e privados em torno da terra se multiplicam, e então a terra passa a ser

comercializada. Assim, ao passo que a propriedade fundiária vai ganhando novo destino, sendo que esses latifúndios tradicionais pouco perderam em termos de área, pois os mesmos foram muito bem indenizados, a oligarquia deixa de ter o privilégio exclusivo da terra. “De base e expressão maior do poder, numa economia extrativista não-especificamente capitalista, ela passa a ter uma expressão, em certo sentido secundário, numa economia fundamentada no capital industrial-financeiro” (Emmi, 1999). Este intento ficou bastante evidente com o surgimento de novos latifúndios apropriados por empresas e indústrias nacionais e multinacionais: Bamerindus em Marabá; Bradesco em Conceição do Araguaia; Volkswagen em Santana do Araguaia (Emmi, 1999).

Novos rumos da política econômica e a integração da Amazônia ao mercado nacional determinaram transformações na estrutura do poder local de Marabá antes apoiada no comércio da castanha. Ora, assim como já dito anteriormente, Marabá se formou a partir de migrantes que em sua maioria, expulsos de suas terras de origem, do mesmo modo que vieram aqueles a procura de “terra de trabalho” – trabalhadores rurais; vieram também aqueles em busca de “terra de negócio” – empresários e chefes políticos. Formam-se então três diferentes categorias, todos voltados para um único condicionante: a terra e suas riquezas. O confronto entre essas categorias se resume nos seguintes níveis: o trabalhador rural, antes coletor da castanha “sem patrão”, pois durante algumas décadas os castanhais eram de servidão pública; depois esses pequenos agricultores passam a ser explorados por oligarquias vindas de outros territórios que se apropriaram dos castanhais por detenção de condições e meios para a expansão do comércio da mesma e logo em seguida por vantagens concedidas pelo Estado; em por fim a oligarquia local se depara com uma nova realidade econômica representada na figura do capital industrial e financeiro, que veio a redefinir a estrutura oligárquica daquele território e acentuar conflitos com lavradores daquela terra.

Estando inserida nesse contexto de lutas sociais refletidas em uma estrutura de dominação/subordinação exercida pelo poderio econômico/político, Marabá é produto das contradições de classes, estando envolvida na construção do seu espaço urbano interesses e necessidades de apropriação do seu território para fins comerciais, industriais, residenciais ou de expansão urbana, no qual foi possível

verificar como agentes produtores deste espaço os proprietários fundiários e dos meios de produção, o Estado e os grupos sociais excluídos.

De acordo com Carlos (2011), a cidade é produto de uma organização econômica, a qual tem forte poder de concentração e que cria, a cada momento, uma produção espacial que lhe é peculiar. A cidade aparece como um elo responsável pela dissolução do modo de produção feudal e da transição deste para o capitalismo, incorporando nela características incompatíveis com uma economia de subsistência. Suas particularidades são especialização, divisão do trabalho, excedentes, circulação de produtos e sistema monetários.

A construção sócio-espacial da cidade de Marabá destacou-se na rede urbana pela importância desempenhada ao longo da produção do espaço regional. Elementos históricos da sua formação econômica, política e social mostram, através de suas peculiaridades, a importância da cidade de Marabá enquanto espaço de convergência de fixos e fluxos², que segundo Santos (1997) explicam o fenômeno da distribuição e do consumo, tornando-se funcional e com papel específico dentro da rede urbana.

A reestruturação da rede urbana e os novos papéis conferidos às cidades confirmam o perfil de uma nova estrutura produtiva, do mercado de trabalho e da importância política desses núcleos urbanos na Amazônia, o que implica, necessariamente, na ruptura de antigos padrões de organização espacial. Isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais na região com a abertura da fronteira econômica. (Trindade Jr, 2011, p.03).

É de acordo com este papel específico, definido pela estrutura produtiva das cidades, que se insere Marabá, dentro de uma hierarquia urbana, à

² Os fixos são o processo imediato do trabalho; os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Os fluxos são o movimento e a circulação; sendo assim, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo são as categorias que explicam os dois elementos, fixos e fluxos. (Santos, 1997).

denominação de “cidades médias”³. A análise feita por Santos e Silveira (2001) é plausível de discussão acerca do assunto. À medida que as fronteiras econômicas foram se ampliando, principalmente no final do século XX, mais áreas foram ocupadas; ainda que de forma desigual, uma porção considerável do território nacional vai sendo acompanhada de maior densidade técnica e densidade informacional. O que explica o fenômeno das atuais cidades médias comportarem maior população que as surgidas em épocas anteriores é justamente o fato das novas solicitações do consumo, tanto das famílias e do governo, quanto da própria atividade agrícola (Santos e Silveira, 2001).

Com forte destaque em sua base produtiva assentada na agropecuária, na indústria mínerometalúrgica e o extrativismo vegetal e mineral (Trindade Jr, 2011), Marabá, entre algumas outras cidades dessa região, reflete uma rede de relações de fluxos que dinamizam importantes redes de circulação de capitais, mercadorias e pessoas em um contexto considerado como fronteira de expansão econômica. O papel que Marabá desempenha na reestruturação produtiva regional é desencadeado por um conjunto de ações do capital público e privado e em especial nos programas de planejamento e desenvolvimento com lógicas voltadas a atender o grande capital e seus agentes hegemônicos, tendo em vista seu caráter de articulação e de polarização.

(...) tratam-se de núcleos antigos que passaram por um processo de revigoramento oriundo da valorização econômica de produtos econômicos locais e da abertura de rodovias de penetração. Por isso são núcleos mais consolidados e irradiadores de dinamismo econômico, que reafirmam a centralidade regional. Esta, por sua vez, está ancorada em fluxos centrípetos, fortemente definidos pela presença de funções terciárias ampliadas que incluem:

³ Em “Cidades médias no Brasil” de Maria Luisa Castello Branco (2006), o conceito de cidade média em geral é definido ou por seu porte populacional, ou por suas características funcionais, mas principalmente ao papel que desempenha na rede urbana regional, nacional e internacional. A designação de “intermediárias” para as cidades médias tem em seu significado o papel de articuladoras, criando e tecendo redes; por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos; a partir disso tornam-se centros que ofereçam bens e serviços mais ou menos especializados para a sua área de influencia; centros que constituem nós articuladores de fluxos para outros níveis da rede urbana; centros onde se localizam sedes de governo local e regional.

abastecimento regular de combustível, comércio de insumos e máquinas agrícolas, empresas de geoprocessamento e licenciamento ambiental, linhas aéreas regionais, agências bancárias, recrutamento de mão de obra qualificada e representações de órgãos públicos relevantes. (Trindade Jr, 2011, p.14).

É importante ressaltar que a dinâmica de produção econômica de um determinado território remodela os sistemas de relações existentes na rede urbana, produzindo, a partir disto, um papel fundamental na expansão da urbanização e no crescimento das cidades médias e locais, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos (Elias, 2006).

O perfil de cidade média reconhecido na cidade de Marabá se fez ao longo do processo de formação socioeconômico-espacial que configurou esse espaço, levando em conta que sua importância no contexto regional se baseia na centralidade que esta exerce não tão somente pela densidade dos fixos, mas principalmente com a intensificação do uso dos fixos que passa a movimentar uma teia de relações sociais, econômicas e políticas mediadoras da dinâmica regional em produzir, expandir, informar, acumular, atrair entre outras que viabilizem a integração e interação com o resto do território nacional.

A fluidez das trocas de toda natureza tende a causar grandes impactos na vida social e no território, reformulando o sistema urbano antigo. A expansão dos sistemas econômicos, sejam eles em todas suas formas – agrícolas, minerais, industriais – não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, mas também causou profundos impactos nas relações sociais de produção, transformando o conjunto clássico de normas e padrões que regula tais relações. O resultado disso, segundo Elias (2006), é uma nova divisão social e territorial do trabalho, com grandes impactos na configuração territorial, na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com um processo de urbanização.

4. LOTEAMENTOS E OCUPAÇÕES: SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ

O espaço urbano pode ser definido como a formação de diferentes áreas, tais como áreas industriais e áreas residenciais interligadas, nas quais há as mais variadas atividades comerciais e de serviços que, mesmo de forma fragmentada, mantêm-se socialmente integradas todas as suas partes.

Convém afirmar que o espaço como constructo social, ou seja, socialmente produzido, refere-se à estrutura, que define as determinações do modo de produção, mas refere-se também, simultaneamente, à ação dos agentes locais em associação com grupos de ação, muitas vezes de âmbito global.

O espaço de uma cidade constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais, distintas no que se refere à forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Pautando-se no processo histórico de constituição do espaço urbano de Marabá, é possível notar em sua constituição geográfica um arranjo espacial pautado através de um sistema engendrado na lógica do capital e que passou a assumir formas e conteúdos diversos ao longo do processo histórico.

Segundo Corrêa (1995) quando conceitua sobre os processos e formas espaciais que a cidade capitalista carrega em sua base, identifica esse espaço como um lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.

A estrutura intra-urbana da cidade de Marabá sempre se mostrou complexa, pois nela se destaca a combinação entre a colonização e a exploração antiga e recente e expressa sobreposições e convivências de tempos e de

temporalidades visualizadas nas espacialidades e territorialidades que compõem a estrutura interna da cidade. O ordenamento interno de Marabá é fruto e síntese de sucessivas frentes extrativas vegetais, agrícolas, pastoris, minerais e industriais. Por sua estratégica localização – contato da Amazônia com o Nordeste e o Centro-Oeste, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas e próxima de importantes rodovias de articulação nacional e regional -, a cidade se estruturou internamente em decorrência de ser uma das mais importantes portas de entrada da população migrante na região. Assim, conforme os vários ciclos econômicos que iam sendo inseridos nesse território, Marabá passava a ser ocupada por diversos migrantes conforme descreve Silva (2002).

Antes de 1980, a região já vinha passando por uma intensa transformação fundiária, política, econômica e social. Uma acentuada migração já existia nas décadas anteriores a 60 e 70. A atividade mineradora e os projetos a ela associados contribuíram, todavia, para manter elevado o fluxo migratório, principalmente, de nordestinos para a região. (Silva, 2002, p.175).

É possível constatar que desde a época em que a economia da região girava em torno do extrativismo, esse território passou a ser cenário de intensas migrações e assim o espaço em que se constituiu Marabá passou a ser ocupado e transformado na medida em que se alterava a economia da região.

Em decorrência das atividades extrativistas e mais adiante as mineradoras, os núcleos urbanos dessa região e assim por dizer de Marabá, acabam por surgir em função das diversas atividades projetadas pelos empreendimentos que aqui se instalaram e configuraram o espaço urbano em questão. Como fonte de entendimento sobre o fato a seguir, Pires (2006) sinaliza como dinâmica territorial para o desenvolvimento econômico em um determinado local a aglomeração de atividades decorrentes de iniciativas públicas e privadas. Concomitante a esse processo, o núcleo urbano de Marabá ganhou formas e dimensões conforme as várias atividades relativas ao desenvolvimento econômico da região iam perfazendo esse território.

Sendo condicionante ao processo de ocupação e geração de vários municípios no Estado do Pará, inclusive a cidade de Marabá, os projetos de mineração intensificaram bastante a população de migrantes que vinham em busca de empregos. “Acompanhando o crescimento populacional, as atividades de serviços ampliaram-se nesses núcleos urbanos e serviram como atrativo para o estabelecimento de um maior número de trabalhadores em busca de empregos” (Silva, 2002, p. 178).

Mas o que se busca compreender sobre esse processo de migração decorrente das várias atividades econômicas de grande cunho para o espaço aqui já evidenciado, consiste num debate pautado nas distinções que nortearam a construção dos núcleos urbanos dessa cidade e que ainda hoje são reforçados mediante o surgimento de novos espaços de habitação acentuados em uma diferenciação sócio-espacial, que por sua vez avigoram as dinâmicas de acesso desigual à cidade. Sob um modelo de urbanização advindo das frentes econômicas de expansão exclusivamente capitalistas, o espaço urbano de Marabá tem sua morfologia definida a partir de relações capitalistas monopolistas, ou seja, “o espaço e a cidade são frutos de uma sociedade que desigualmente os produz e deles se apropria”. (Whitacker, 2010, p. 141).

Sobre a estrutura urbana de Marabá, desde a década de 1980 a mesma já veio a se configurar de maneira bem diferenciada: a) a Velha Marabá, também chamada de Marabá Pioneira, sede da fração regional em declínio e do comércio mais tradicional; b) a Nova Marabá, planejada sob a forma de uma castanheira pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que abriga órgãos do governo municipal, instituições estatais, bancos e com uma ocupação do solo que é um misto entre o planejado e o espontâneo, dificultando o reconhecimento da “castanheira”, que inspirou o inicialmente o desenho urbano; c) a Cidade Nova, resultado da ocupação mais espontânea, com forte crescimento horizontal ao longo da rodovia Transamazônica e onde despontam comércios e serviços mais dinâmicos e modernos.

Somam-se, ainda, a essa estrutura espacial interna, mesmo que de forma descontínua, os núcleos de São Félix e Morada Nova, com caráter mais espontâneo de produção social do espaço.

O primeiro, um núcleo antigo, habitado por comunidades indígenas até a década de 1940 e situado na margem direita do rio Tocantins, começou a ser controlado por castanheiros a partir de 1930, e em 1960 por migrantes diversos; mais recentemente, tem-se tornado um espaço de expansão espontânea e dirigida na direção nordeste. O segundo, surgido na década de 1970 em entroncamento rodoviário da PA-150 e da BR-222, dista 12 km da Marabá Pioneira, e se configura, também no mesmo sentido, como espaço descontínuo de expansão. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p. 93-94).

Com a intensificação da urbanização em Marabá, espaços distintos começam a ser criados, identificando seus moradores de formas opostas, divididos entre os bairros de classes baixa, média e alta.

Com o crescimento da população e a falta de planejamento das cidades ocorre um grave problema: a segregação, tanto espacial (distância entre moradias de diferentes grupos) como social (distância de condições no que diz respeito ao acesso, elaboração e execução de políticas públicas). A primeira está relacionada à valorização excessiva dos imóveis que dispõem dos serviços básicos, como asfalto, saneamento básico e transporte, e uma localização estratégica que facilita o acesso ao trabalho, comércio e lazer, além, ainda, da construção dos conjuntos habitacionais na periferia. A segunda diz respeito à dificuldade que alguns grupos têm para conseguir serviços de melhor qualidade, como escolas, médicos, emprego, cultura e lazer. As duas formas de segregação são extremamente ligadas e concentradas nos grupos com menores rendas.

(...) a cidade não é uniforme na sua expansão, bem como ao contrário, ela reproduz divisões sociais na conformação de seus espaços, na consolidação de bairros antigos e no aparecimento de novos. O uso do espaço urbano-rural e as formas de sua apropriação mostram ainda processos em curso que são diversos, múltiplos, dispersos e inseparáveis das diferenciações de classe, de etnias ou de lugares sócias, visualizando as diversas formas de apropriação do território e de disputas pelo lugar na cidade. (Castro, 2006, p.10).

O espaço urbano de Marabá configurou-se a partir dos diversos modelos de apropriação do território, e também da acumulação de capital por alguns segmentos sociais, empresariais ou institucionais, privados e públicos. A ação desses agentes é complexa; os processos de acumulação de riquezas, concentração de terra e expropriação faz parte dos passivos do município de Marabá, da falta de infraestrutura e da carência de qualidade dos serviços em distintos espaços que compõem essa cidade.

A configuração geográfica que hoje perfaz o espaço urbano de Marabá assume-se mediante a lógica que o desenvolvimento econômico da cidade passa a causar mudanças na sua estrutura espacial, visualizando nesse contexto um processo de segregação urbana, que tem como resultado a produção de bairros em áreas distintas da cidade que são divididos conforme as classes sociais. Villaça (2001) argumenta que a segregação espacial está na diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da população, quanto às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos.

O fato consiste em evidenciar as diferenciações geradas no espaço urbano de Marabá, contextualizadas nos loteamentos de alta e média renda e ocupações de baixa renda, determinadas por maior ou menor acesso a serviços urbanos de infraestrutura e sociais (saneamento, luz, escola, saúde). Sendo assim, a desigualdade espacial urbana continua sendo ingredientes consubstanciais da existência de uma grande cidade capitalista e em crescimento.

O processo de urbanização no Brasil cresce acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, porém sem deixar de reproduzir seu lado obsoleto, ou seja, a modernização nunca acompanha todos os lugares; a cidadania e os direitos também não. São transformações diferenciadas no campo sócio-econômico-espacial que, advindas de um período anterior, Santos e Silveira (2001) consideram como produto do processo de globalização.

A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. Agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação. (Santos e Silveira, 2001, p.253).

As frentes econômicas que fizeram por delinear o espaço urbano de Marabá, hoje são reafirmados perante a divulgação de vários investimentos na cidade, sendo o principal deles na área de mineração e produção de energia, o que faz causar através dos mesmos uma intensa propaganda de geração de empregos, desenvolvimento e progresso para Marabá. A compreensão do desenvolvimento econômico e urbano em Marabá, a partir do entendimento das aplicações de tais grandes projetos, se deu, e ainda se dão, perante um conjunto de interesses de pequenos grupos privados que ditam as regras de construção e reconfiguração do espaço urbano dessa cidade de acordo com a lógica mais interessante para o mercado, acarretando entre outros problemas, e não menos importantes, em uma desagregação social e econômica, sendo estes evidenciados na produção de espaços distintos (loteamentos privados e ocupações espontâneas)⁴ em infraestrutura e serviços sociais. É possível verificar tal diferenciação conforme mostra a descrição abaixo (quadros 1 e 2).

QUADRO 1 – LOTEAMENTOS EM MARABÁ: CONSOLIDADOS E EM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

CATEGORIA	EMPREENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ANO
	Loteamento Beira Rio (Em fase de regularização e aprovação)		
	Amazon Ville (Em fase de regularização e	Nova Marabá	

⁴ Ressalvando que, os loteamentos e ocupações mostrados nos respectivos quadros, não são a totalidade que hoje compõe e perfaz o perímetro urbano de Marabá. A maioria dos empreendimentos imobiliários que estão no quadro 1 são os que foram aprovados pelo plano diretor de Marabá assim repassados pela SDU (Superintendência de Desenvolvimento Urbano). Ainda existem outros empreendimentos desta linhagem que estão em fase de aprovação. As ocupações que estão no quadro 2 são aquelas em maior precariedade na infraestrutura e acesso aos serviços sociais, observando também o período recente e alinhado ao período dos empreendimentos do quadro 1 que essas áreas passaram a compor o urbano de Marabá.

	aprovação)		
	Novo Progresso	São Felix	2006
	Jardim Imperial	Cidade Nova	2007
	Loteamento Castanheira	Cidade Nova	2008
	Jardim São Felix	São Felix	2008
	Loteamento Morumbi	Nova Marabá	2008
	Loteamento Sororó	Cidade Nova	2008
	Ipiranga Ecoville Premium	Nova Marabá	2009
	Residencial Paris	Nova Marabá	2009
	Jardim do Édem	Morada Nova	2009
	Residencial José Tibiriçá	BR-230 - Quindangues	2009
	Castanheira Residence	Cidade Nova	2009
	Vale do Tocantins	São Felix	2009
	Loteamento Leolar (Cidade Jardim)	Nova Marabá	2009
	Deltapark	Nova Marabá	2010
	Portal dos Ipês	São Felix	2010
	Loteamento e Condomínios Fazenda Vida Nova	Morada Nova	2010

Fontes: Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010.
SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá

QUADRO 2 - OCUPAÇÕES EM MARABÁ

CATEGORIA	OCUPAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ANO
Ocupações	Folha 35	Nova Marabá	1997
	Jardim União	Cidade Nova	1998
	Ocupação da estrada da Mangueira	Marabá Pioneira	1998
	Invasão da Renomar (Folha 31)	Nova Marabá	1999
	Folha 25	Nova Marabá	2001
	Bairro Tancredo Neves (Jd. Jerusalém)	Cidade Nova	2004
	Bairro Jardim Bela Vista	Cidade Nova	2004
	Jardim Filadélfia	Cidade Nova	2005
	N. Sr. Aparecida (Invasão da Coca-Cola)	Nova Marabá	2005

	São Miguel da Conquista I	Cidade Nova	2006
	Bairro da Paz	Cidade Nova	2007
	Folha 14 (Vila 4 de novembro)	Nova Marabá	2007
	Nova Aliança	Km12 Taurizinho	2007
	São Miguel da Conquista II (Nova Vida)	Cidade Nova	2007
	Bairro Araguaia (Invasão da Fanta)	Nova Marabá	2008
	Bairro Novo Paraíso (Km Seis e Meio)	Nova Marabá	2008
	Cidade de Deus (Sororó)	Cidade Nova	2008
	Aeroporto (Invasão da Infraero)	Cidade Nova	2010

Fontes: Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Ao se observar os dois quadros nota-se a expansão urbana em Marabá conforme o modelo capitalista em produzir: fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, enfim, produto e resultado de ações acumuladas através do tempo e concebidas por agentes que produzem e consomem o espaço por meio dos diferentes interesses e necessidades diversas. Elas se traduzem em duas vertentes principais segundo a dinâmica urbana: a sobrevivência e o lucro.

Respectivamente, as ocupações representam a descontinuidade do tecido urbano, ou seja, a segregação econômica e social correspondente à parcela da sociedade de baixa renda que migra para espaços desprovidos do acesso, da elaboração e execução de serviços públicos; na sua maioria, esta migração se justifica pelas condições financeiras das famílias. Os loteamentos privados refletem a lógica econômica do mercado imobiliário, praticados na sua maioria pelos seguintes agentes sociais: proprietários fundiários, promotores imobiliários e poder público. As duas formas de expansão urbana (ocupações e loteamentos) são admitidas conforme o modo de produção realiza a reprodução das classes e forças sociais. Como já identificado, a urbanização promove a circulação do capital através do uso do espaço construído a partir das ações de agentes econômicos, políticos e sociais. Sendo assim, a cidade identificada enquanto expressão concreta das transformações principiadas pela expansão capitalista, deixa marcas profundas e

promíscuas entre providência pública de infraestrutura social e econômica e valorização fundiária e imobiliária.

O diagnóstico dos quadros acima reflete a deficiência do poder público em determinados espaços que compõem o perímetro urbano de Marabá, ao mesmo tempo evidenciam os interesses econômicos e políticos envolvidos na produção imobiliária fundamentada enquanto processo de expansão da cidade. De um lado, a cidade é considerada um grande negócio, estando em cena como principais atores para tal acontecimento os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, e o poder público municipal que, através do Plano Diretor da cidade⁵ garante o exercício de regulação, desenvolvimento e crescimento do espaço urbano. O plano diretor das cidades tem como prerrogativa fundamental a autonomia do município no ordenamento e planejamento do território urbano. A competência para legislar e promover o planejamento urbano, o ordenamento territorial e o controle do uso e da ocupação do solo são atribuições do município previstas na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 30. Além disso, a própria Constituição Federal, através dos artigos 182 e 183, atribui ao município a competência para definir a sua política urbana, com os objetivos de garantir o pleno exercício das funções sociais da cidade e das propriedades urbanas e as condições dignas de habitabilidade, de bem-estar e de vida de sua população. A fim de regulamentar diretrizes gerais da Constituição Federal referente à Política Urbana dos Municípios, foi aprovado em 2001 o Estatuto

⁵A **LEI Nº. 17.213 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006** institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, considerado um instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e integração ao processo de planejamento municipal. Dentre as leis que regulamentam esta gestão, destacamos aquelas relacionadas a propriedade urbana nos dois termos: social e empreendedora.

Art. 3º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende simultaneamente as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, a justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e desenvolvimento econômico, a compatibilidade no uso da propriedade com a infraestrutura existente, com os equipamentos e serviços públicos disponíveis, com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural e compatibilizando o uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos de forma a contribuir para a sustentabilidade sócio-ambiental.

Art. 134. O Poder Público delimitará áreas para aplicação de operações urbanas consorciadas, com vistas a alcançar transformações urbanísticas e estruturais na cidade, através de lei específica.

Parágrafo Único: Entende-se por operação urbana consorciada o conjunto integrado de intervenções e medidas, a ser coordenado pelo Poder Público, com a participação da iniciativa privada, inclusive com recursos, que podem ser de 2 tipos:

I — Sem desapropriação;

II — Com desapropriação.

Art. 135/§ 5º A operação urbana consorciada poderá ocorrer por iniciativa do Poder Público ou mediante proposta encaminhada pela iniciativa privada, devendo ser aprovada por Lei.

da Cidade⁶, Lei Federal nº 10.257. Este diploma legal prescreve que cada município deve definir as diretrizes e os objetivos de sua Política Urbana através de um Plano Diretor, instrumento municipal com poder de lei, que determina a função social de cada pedaço do território urbano. Além disso, o Estatuto da Cidade regulamenta a utilização de diversos instrumentos urbanísticos com o fim de induzir a ampliação do acesso à terra e do direito à moradia, o controle da especulação imobiliária, a regularização fundiária, a inclusão social e a gestão democrática da cidade.

Em linhas gerais, percebe-se que os Planos Diretores estabelecem definições, diretrizes e objetivos relacionados à política social de habitação, à política de saneamento ambiental, à política de mobilidade e a gestão democrática, porém sem incorporar os elementos necessários para tornar realidade o planejado.

A lógica que se percebe e emerge em Marabá consiste em um complexo circuito de acumulação através de agentes econômicos e políticos organizados em torno das transformações das cidades em projetos empreendedoristas fundados na parceria público-privado, cujos resultados é um padrão de governança urbana bastante peculiar, onde o planejamento, a regulação e a rotina das ações urbanas são substituídos por um padrão de intervenção que se funda na exceção. Brandão (2010) identifica o quadro caótico que sobrevive à economia urbana de expansão em decorrência do pacto de compromisso das oligarquias regionais. Segundo o autor, os espaços regionais e as cidades brasileiras são o cenário principal dos interesses patrimonialistas e empreendedoristas segundo as frações do capital mercantil industrial.

Assumindo posição privilegiada no sul e sudeste do Pará, seja pela sua economia ou pela importância estratégica em vários setores da produção regional como indústria mineral, comércio, pecuária, entre outros, Marabá se faz compreender enquanto “terra das oportunidades”. Porém, este “desenvolvimento” que se noticia Marabá tende a intensificar uma massa migratória de pessoas,

⁶ **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001:** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Parágrafo único: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

condicionada à uma expansão urbana contraditória, selando o processo de produção do espaço urbano sob a lógica do sistema que prevê o mercado, o lucro e a acumulação de capital.

A produção de loteamentos planejados em Marabá é recente, e tem total destaque quanto à propaganda e divulgação (figura 1) deste mercado imobiliário. Esta forma expansiva tem ligação contínua com os projetos econômicos que consomem esta região; o discurso de desenvolvimento atrai as distintas classes sociais que apreendem as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade. O modelo de “desenvolvimento e progresso”, assim propagado desde épocas anteriores pelo governo a fim de tornar a região amazônica integrada ao resto do país, tornou-se realidade para aqueles que já concentravam as riquezas e as rendas nesse território. As ocupações urbanas de Marabá mostram a cidade se expandindo de forma desordenada, sem qualquer planejamento e estrutura compatível para acomodar a crescente população que migra atrás de novas oportunidades; boa parte dessa massa migratória não tem qualificação profissional, ficando a mercê da péssima infraestrutura das ocupações periféricas e vulneráveis aos diversos problemas urbanos: violência, ausência de saneamento, doenças, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e cultura; enfim, exclusão em um todo.

Aqui você compra, vende, aluga, troca, oferece emprego e presta serviço.

HABITAÇÃO

Setor imobiliário segue aquecido em Marabá

A perspectiva de novos investimentos em Marabá com a construção de siderúrgica, do porto, retomada da navegabilidade do rio Tocantins, entre outros tem sido reflexo em outros setores da economia regional. O mercado imobiliário é um dos que anda em ebulição na cidade, com procura maior que a oferta em aluguéis e a implantação de vários condomínios, locamentos urbanos planejados e conjuntos habitacionais. Tudo isso, a reboque da projeção de que a população de Marabá, hoje estimada em 203 mil habitantes, triplique até 2016.



Neste estande, na Expoama, maquete do loteamento urbano planejado



Dário Veloso acredita que mercado comporta projetos de alto nível

O crescimento desse setor que o campo específico da construção civil está em franco desenvolvimento e que tende a evoluir ainda mais. "O setor está se profissionalizando, desde as imobiliárias no tratamento que se tem dado à questão de venda e reversão, como também a própria legislação pública municipal e das legislações federais pertinentes às questões ambientais". De acordo com Veloso, o mercado está exigindo cada vez mais profissionais.

Mas de acordo com Dário, um grande problema enfrentado por empreendedores que querem se instalar em Marabá é a questão da documentação da área. "Hoje para se fazer qualquer empreendimento o empresário tem de cumprir uma via sacra nos órgãos públicos", lamenta o engenheiro, que enfatiza que a questão cartorial é um dos grandes problemas da cidade devido a envanes terrenos.

Para o empreendimento em que Dário vem trabalhando, com uma área de inicial de 17 alqueires, mas que vai finalizar com 43, foi preciso um ano de trabalho de regularização. "Agora estamos com toda a documentação em dia, licença ambiental, imposto de transmissão, passando pelo plano diretor urbano, SDU e licenças das secretarias estadual e municipal de Meio Ambiente em mãos".

ÁGUA E ESGOTO
Outro problema recorrente é a expansão desordenada da cidade de Marabá, principalmente com bairros nascendo de invasão, tem como reflexo deficiências no abastecimento de água e no saneamento.

O Jornal quis saber de Veloso sobre como isso está sendo trabalhado nos bairros que estão nascendo como loteamentos planejados e privados. No caso do Ipiranga, diz ele, foi feita uma consulta à Cosampa (Companhia de Saneamento do Pará) sobre o interesse em atender ao complexo, recebendo a negativa. Com isso, o empreendimento conseguiu a outorga, que é a autorização da exploração, das águas subterrâneas e vai ter o seu próprio sistema de abastecimento.

A Cosampa não quis explorar devido à distância entre a última adutora dela e o nosso projeto. Agora vamos fazer a prospecção através de poços profundos, provavelmente 150 metros de profundidade, para não pegar água contaminada, e que ainda assim seria permanentemente analisada", explica ele, acrescentando que a água terá, ainda, a adição de alguns produtos químicos para que a população condominial tenha água de qualidade.

Outra novidade apresentada por Dário Veloso para o empreendimento é uma nova forma de tratamento do esgoto dos condomínios. Com tecnologia desenvolvida na Alemanha e repatriada em Manaus (AM), esse tipo de tratamento de esgoto condominial já está sendo utilizada em prédios construídos pela mesma empreiteira em Brasília, em outras cidades e também em Parauapebas, no prédio da prefeitura. "Ele funciona de forma natural, com raízes de mangübo, que são árvores da Amazônia, fazem a filtração de todo o processo e no final você tem um conjunto de lentes, aproveitando a luz solar, para colocar a luz.

ultravioleta antes de jogar a água fora. O resultado, através de análise físico-química da água, é fantástico. Ela serve até para regar jardins", aponta o engenheiro.

Além disso, o locamento será em forma de condomínio, com coleta de lixo interna, segurança e padrão construtivo mínimo, com muros baixos e portões para a casa ter visibilidade, de acordo com o know-how de grandes condomínios.

SHOPPING

Questionado sobre outros investimentos do grupo em Marabá, o engenheiro falou sobre o projeto de construção de um Shopping Center com duas torres, uma comercial e outra hoteleira, no Km 6 da rodovia Transamazônica. "Estamos desenvolvendo o projeto do ponto de vista jurídico, processual e documental, mas o Unique Shopping Marabá será construído no Km 6, próximo à rodovia em um terreno de 98 mil m²".

Segundo ele, será um shopping para 250 lojas, uma torre comercial e outra para hoteleira, com um tempo de gestação e um delivery da McDonald's. Esse projeto segue a mesma linha do Unique Shopping Parauapebas, que terá 21 mil m², 126 lojas, 15 operações na praça de alimentação, quatro salas de cinema Multiplex e que será passado aos lojistas em dezembro deste ano e inaugurado em fevereiro de 2011. (Elizabeth Ribeiro e Patrick Roberto)

FIGURA 1: Matéria do jornal "Correio do Tocantins" da cidade de Marabá. Edição: julho/2010

Em relatório feito pela subsecretaria de Marabá (CPT) Comissão Pastoral da terra, os mesmos fizeram um diagnóstico sobre a situação habitacional desta cidade e concluíram que sua área urbana vem a cada ano se expandindo sem qualquer planejamento e estrutura, resultando em diversas ocupações, algumas em litígio na justiça, sem o mínimo de infraestrutura viável para a população que nelas habitam. Segundo a CPT, o relatório apresentou 11 ocupações com quase 12 mil famílias vivendo nesses espaços ausentes do poder público. Este fato em discussão assume proeminência até mesmo nas matérias de jornais da cidade (figura 2).

[D1] Comentário: Cadê a figura 2?

O poder público é o principal agente de interferência na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual e municipal) e de diferentes formas: elabora e viabiliza a legislação e normas vinculadas ao uso do solo, como por exemplo, a lei do parcelamento, a lei do zoneamento, a lei do perímetro urbano, o Estatuto da cidade, o Plano Diretor Urbanístico, entre outros, enfim, leis como instrumento básico de política territorial e planejamento no ordenamento e funcionamento da cidade, porém não integrantes e

igualitárias a toda a sociedade. Diretrizes gerais da política urbana⁷ (Lei nº10. 257, 10 de julho de 2001) estabelecidas na Constituição Federal, concebidas de forma muito clara consistem em grande problemática devido a omissão do poder público em tornar concreto para toda a população tais direitos previstos em lei. Dentre eles destacam – se o direito a propriedade enquanto função social, a regularização fundiária que visa a moradia popular e uma política habitacional efetiva, a Lei do Saneamento Básico (11.445/2007) que traz uma série de princípios voltados para a manutenção da saúde pública e bem estar para a população. Estes assumem o debate principal dentre as reivindicações de direitos e deveres da política urbana popular. Por outro lado, planos urbanísticos voltados para o empreendimento imobiliário têm ganho uma maior atenção por parte do poder público, reforçando e evidenciando ainda mais que em uma economia capitalista, o espaço urbano é produzido e consumido diante de uma hierarquia econômica e social constituído por setores de dominação e subordinação.

4.1 EXEMPLO DE SEGREGAÇÃO EM MARABÁ: LOTEAMENTO “NOVO PROGRESSO” E BAIRRO “BELA VISTA”.

O termo “segregação” é explicado das mais variadas formas, mas, a principal delas e base desse estudo consiste na diferenciação de classes sociais. Segundo Villaça (2001), “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. (p, 142).

O item aqui tem por finalidade mostrar as diferenças sócio-espaciais que perfazem o espaço urbano de Marabá, assumindo características distintas no

⁷ **Art. 2º** A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

aspecto sócio-econômico de suas classes populacionais e na sua própria construção territorial, reconfigurando a cidade de acordo com as transformações dos implementos que dinamizam a economia desse território.

A urbanização atual intensifica a pobreza devido ao modelo sócio-econômico e a sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias com menos estruturas, pessoas ainda mais pobres economicamente. Fatores como a especulação imobiliária, os vazios urbanos, a carência de serviços, acabam intensificando a problemática urbana. Harvey trabalha com a idéia de “um direito a cidade”, isto é, de forma plausível, entende que todos devem dispor de direitos iguais sobre as necessidades que acompanha o modo de vida urbano. Observa o fato historicamente e conclui que as cidades foram regidas pelo capital. Dessa forma entende que havendo uma luta pelo direito à cidade, automaticamente também o fato incide em uma luta contra o capital. Sendo o capitalismo um sistema que sempre produz excedentes, a partir disso haverão forças competitivas que atrairão o capitalista a reinvestir parte de seu capital em novos desenvolvimentos.

[D2] Comentário: Inserir referência

Villaça (2001) identifica que o padrão de segregação mais conhecido no Brasil é o do *centro x periferia*. Não se trata apenas de segregar por diferença de renda, mas também por diferença de serviços urbanos presentes ou não nos distintos espaços.

Segundo Carlos (1994, p.42) “*com a segregação, as condições de acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos passam a ser diferenciadas, dependentes da classe social e da capacidade de consumo*”. Este processo ocorre em toda urbanização capitalista, e qualquer transformação nas relações entre os grupos sociais tem um reflexo tanto sobre o processo de urbanização, quanto sobre a forma e a intensidade de segregação.

A distinção está entre a segregação “voluntária” e a “involuntária”. A primeira refere-se aquela em que o indivíduo ou uma classe de indivíduos busca por iniciativa própria localizar-se próximo a outras pessoas de sua classe. A involuntária, ao contrário, é aquela em que as pessoas são segregadas contra a sua vontade ou

por falta de opção. Ambos os tipos são as duas faces de uma mesma moeda: à medida que uma acontece, a outra também acaba acontecendo.

Em Marabá é possível notar as duas formas de segregação: uma delas diz respeito aquela em que a população sem condições de se manter em outras áreas da cidade migraram para espaços que estariam mais de acordo com suas rendas; é o caso do bairro Bela Vista. A outra forma é a auto-segregação das classes mais favorecidas que se encontram no loteamento Novo Progresso.

A princípio, segundo entrevista com o presidente da associação e alguns moradores que ali residem, o Bairro Bela Vista começou quando a prefeitura de Marabá comprou aquela área de um antigo fazendeiro e construiu 150 casas populares para a remoção de residentes que estavam a habitar em áreas de risco de alagamento no Bairro Amapá localizado no núcleo Cidade Nova. Após a construção dessas casas aquela área começou a ser vista e ocupada por pessoas de outros bairros da cidade que na sua maioria buscavam situar-se em um local mais de acordo com sua renda.

Em entrevista feita com moradores do bairro Bela Vista, o propósito se direciona em colher e evidenciar questões referentes ao modo de vida dos que ali residem, mais precisamente no que pertence a renda econômica das famílias, elementos e motivos que os levaram a morar no bairro, situação anterior e atual do bairro (infraestrutura, serviços sociais), perspectivas e projetos para o bairro.

A reflexão aqui proposta de maneira geral é sobre os aspectos e as condições do Bairro e moradores do “Bela Vista” (veja foto 1), pois as respostas em sua maioria foram semelhantes. O motivo que os fez ir morar naquele bairro se divide em três aspectos:

- 1) área em que residia antes era de risco de alagamento; “Onde eu morava alagava na época da enchente, e aí quando esse bairro começou a ser ocupado, aproveitei pra pegar um lote pra mim morar e sair daquele sufoco” (Fernando, 2011, Entrevista);

[D3] Comentário: Bloco separado do parágrafo – igual as citações

2) tentar melhorar as condições de vida na cidade e acreditar que aquele local estava mais acessível para a compra ou negociação de lote ou casa; “ Eu vim pra cá pra vê se as coisas pra mim melhora né, e aí quando eu cheguei aqui em Marabá esse bairro tava no começo e aproveitei pra conseguir um lote pra mim” (Walter, 2011, Entrevista);

[D4] Comentário: idem

3) ou morava de aluguel em outro bairro da cidade “Eu morava de aluguel e com o tempo as coisas vão “encarecendo”, até o aluguel né, mais aí eu aproveitei que o bairro tava se formando e vim pra cá pra poder sair do aluguel” (Euzilene, 2011, Entrevista).

[D5] Comentário: idem

[D6] Comentário: colocar foto

Foto 1: Bairro Bela Vista / Fotografia: Sara Moura 06/03/2012

Sobre a infraestrutura do bairro os entrevistados foram taxativos nas respostas, ou seja, todos disseram o que geralmente se vê na grande maioria dos bairros periféricos da nossa sociedade (*veja foto 2*).

Como você mesma pode vê, não tem infraestrutura digna pra gente, falta asfalto, falta esgoto, quando dá uma chuva forte as partes baixas do bairro alaga, nem luz nos postes têm, os políticos só vem aqui quando é pra pedir voto, e aí depois esqueci que agente existe. (Regina, 2011, Entrevista).

[D7] Comentário: colocar foto

Foto 2: Bairro Bela Vista
Fotografia: Sara Moura 06/03/2012

Sem uma infraestrutura completa com os principais serviços que deve compor um bairro (saneamento, asfalto, luz, água) o espaço a princípio foi projetado apenas com algumas casas que serviriam para os removidos das outras áreas, mas,

desde o surgimento do bairro, já há 7 anos, segundo o presidente da associação de moradores, a infra-estrutura ainda permanece sem maiores modificações (veja fotos 3 e 4), ou em melhores expressões nas palavras dos entrevistados:

Precário, pois não tem esgoto, asfalto, luz nos postes pra todos, são serviços básicos e necessários para uma melhor qualidade de vida da população que aqui mora e também paga imposto. (Valdeci, 2011, Entrevista).



Foto 3: Bairro Bela Vista
Fotografia: Sara Moura 06/03/2012

Foto 4: Bairro Bela Vista
Fotografia: Sara Moura 06/03/2012

[D8] Comentário: colocar fotos

Os mesmos relatam que poucas mudanças aconteceram no bairro desde o tempo em que foram morar naquele local. Um exemplo de mudança “em parte” é o caso da energia que há mais ou menos três anos esta regularizada para que todos paguem conta de luz; mas ainda sim foi um problema resolvido pela metade pois a iluminação nos postes não atende a todos do bairro, ou seja, existem outras ruas sem esse serviço, mas mesmo assim vem na conta de luz de cada morador a cobrança de taxa de iluminação pública.

Desde quando eu vim pra cá, pouca coisa mudou, praticamente quase nada, só essas lâmpadas nos postes que antes não tinha, só tinha o poste pra puxar a energia pra dentro das casas, mas nem todos os postes têm lâmpadas; e têm também a questão da regularização das casas que tá acontecendo, eu penso que é só pra tirar dinheiro da gente porque tem outros locais por ai que o povo paga o IPTU e as condições de morar é do mesmo jeito daqui, aqui onde eu moro ainda é “melhorzinho”, mais pra frente é que a situação tá pior mesmo. (Antônio, 2011, Entrevista).

Outro ponto relevante que alguns dos entrevistados enfatizaram foi sobre o valor alto que vem nas contas de energia elétrica de suas casas. Os mesmos ressaltaram o fato de possuírem eletrodomésticos básicos (televisão, geladeira, ventilador e bomba de água) e não acreditam gastarem o que vem cobrado nas suas contas de luz.

Eu recebi três contas de energia, e o valor delas somava 536 reais. Eles (celpa) vão cortar a minha energia, mesmo porque eu não tenho dinheiro pra pagar e eu já falei pra eles que tem alguma coisa errada pra tá vindo esse valor alto, e ai eu ligo a minha energia por conta própria (gato), até porque eu não acredito que eu gasto esse valor todo que eles vem cobrando. (Fernando, 2011, Entrevista).

Todos reconheceram a necessidade de melhorar a infraestrutura do bairro e implantar serviços necessários a qualquer cidadão (saúde, educação completa, creches, segurança). Existe uma escola no bairro, mas só funciona da 1ª até a 4ª série do ensino fundamental, então para os que forem cursar as séries subsequentes devem procurar outras escolas em outros bairros que estejam próximos se possível. Isto diz respeito à questão da acessibilidade de serviços sociais aos moradores do bairro. Não dispondo de tais serviços naquele espaço por eles habitado, os mesmos deslocam-se para outros pontos que disponham de equipamentos necessários para qualquer cidadão. Tal anseio foi possível verificar de forma clara nas palavras de dona Maria de Jesus:

Como aqui é distante das coisas, devia ter pelo menos um posto de saúde. Agente anda muito pra ir atrás das coisas, quase não tem ônibus pra cá, e mesmo assim quando vêm demora muito, então eu não tenho nem paciência e nem tempo pra ficar esperando, ai eu vou é de pé mesmo. (Maria de Jesus, 2011, Entrevista).

Os investimentos públicos em serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, geralmente se associam a uma parcela da população, o que faz por determinar uma distribuição desigual nos espaços da cidade. Enquanto que em alguns locais (mercado imobiliário) tais investimentos públicos em infraestrutura de saneamento, drenagem, iluminação pública e fornecimento de energia elétrica se antecedem antes da moradia, em outros lugares (periferias) o processo é inverso, ou seja, a ocupação e edificação ocorrem antes da instalação dos atributos básicos da urbanização adequada. Em geral, nesses bairros de classe baixa, os investimentos públicos em serviços, equipamentos e infraestrutura urbana ocorrem anos depois, e as vezes até décadas após a chegada dos moradores. Quase sempre, nunca chegam!

Considerando o espaço intraurbano como aquele mediado e estruturado pelas condições de deslocamento do ser humano seja enquanto força de trabalho e consumidor, Villaça (2001) argumenta que a rede urbana é produto e efeito da interação entre o espacial e o social. Sendo assim, considera o espaço intra-urbano altamente heterogêneo, pois a segregação sócio-espacial é fonte de um sistema capitalista de acumulação no qual o mesmo é quem determina a forma de produção e transformação do espaço construído.

Dois foram os serviços mais citados como prioritários e necessários em primeira instância para a melhoria do bairro: saúde (a construção de um posto de saúde) e saneamento nas ruas (asfalto e esgoto), pois em época de inverno as áreas baixas alagam devido a existências de grotas a céu aberto (veja foto 5). Indagou-se o porquê de ainda estarem morando naquele bairro e a maioria confirmou não ter condições necessárias para estar em outro lugar, pois o valor não estaria em conformidade com suas rendas. Apesar das dificuldades encontradas ali, muitos ainda têm expectativa de melhorar. No início de ocupação do bairro, o valor dos lotes foi acessível para a grande maioria, alguns foram comprados, outros foram negociados.

| _____ [D9] Comentário: colocar foto

Foto 5: Bairro Bela Vista / Fotografia: Sara Moura 06/03/2012

Enfim, é notável que na sociedade em que o capitalismo administra o desenvolvimento dos espaços da forma que melhor lhe convém, as disparidades na distribuição dos investimentos serão evidentes, reafirmando e tornando a cidade produto social de uma formação sócioespacial desigual.

A reflexão incide em relacionar a segregação sócioespacial com o poder político e econômico e o papel desses poderes na pressão sobre o Estado, de modo a promover uma distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura. Diante dessa lógica Villaça (2001) argumenta que “evidentemente a distribuição espacial das classes determina a distribuição espacial dos serviços tanto privados como públicos”. (p, 315).

Erminia Maricato () considera o espaço urbano não só como o lugar onde o cidadão mora, vive e trabalha; nem tão somente o local onde o capital obtém lucros; mas o avalia como o principal objeto em si da extração dos ganhos capitalistas. Em suma e nas suas palavras, “a cidade é um grande negócio”.

[D10] Comentário: referência/ano

Na cidade, além do capital em geral, o trabalhador enfrenta o capital imobiliário que, articulado a outros setores capitalistas (serviços públicos principalmente), orienta os investimentos públicos. A crescente submissão da terra urbana ao capital imobiliário, combinada à dificuldade salarial e ao empobrecimento das massas (excluídas do mercado imobiliário privado e excluídas ignoradas pelas políticas públicas), conduz a situação das cidades a um impasse.

Emprega-se a noção de cidade dual ou fraturada, a fim de facilitar a compreensão da segregação de privilégios e exclusão que o modelo atual de desenvolvimento conduz em torno do espaço urbano de Marabá. Tal fato é concretizado na prática de loteamentos urbanos privados em Marabá e que tem se tornado bastante intenso nos últimos anos, sendo estes espaços tendências de expansão urbana previstos no plano diretor dessa cidade.

Em todas as áreas de expansão urbana de Marabá é flagrante na paisagem a presença desses loteamentos sendo colocados à venda. Os vetores onde os mesmos se localizam são notadamente na Transamazônica, em direção à saída para Itupiranga (área de expansão da Cidade Nova), e no lado oposto da Transamazônica, na saída para São Domingos do Araguaia (área de expansão da Nova Marabá) e em São Félix, em direção ao núcleo de Morada Nova. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p.110).

Em entrevista feita com alguns moradores que residem no loteamento “Novo Progresso” (veja fotos 6 e 7), o propósito consiste em colher questões a cerca da infraestrutura que acompanha o espaço e o perfil dos habitados aos quais se destina tal empreendimento urbanístico.

Foto 6: Loteamento Novo Progresso
Fotografia: Sara Moura 04/03/2012

[D11] Comentário: colocar foto

Foto 7: Loteamento Novo Progresso
Fotografia: Sara Moura 04/03/2012

Sobre os residentes daquela área, trata-se de pessoas com bom poder aquisitivo. O primeiro subsídio é a boa estrutura das casas ressaltando que a grande maioria contém garagem, ou seja, existe uma porcentagem considerável de pessoas do loteamento que possuem automóvel, sendo que esse fator está mais condicionado as classes sociais de média a alta renda.

O acesso para entrevista aos moradores do loteamento proveio com certa dificuldade, pois a maioria das casas são fechadas com muros altos, e muitas delas apresentavam-se com cães de guarda (isso em si daria ensejo a outras reflexões que não cabem neste trabalho).

Um estilo de vida traduzido na tranquilidade, comodidade, segurança e boa infraestrutura, foram as respostas advindas dos moradores que residem no loteamento Novo Progresso. Inclusive existem pessoas naquele loteamento que moravam de casa própria em outro bairro da cidade de Marabá e decidiram morar no “Novo Progresso” justamente por conta das condições que tal empreendimento dizia oferecer. “Longe do barulho da cidade, aqui eu consigo viver com mais tranquilidade. Não tem barulho de carro e o fluxo é menor como você mesma pode conferir, não tem barulho de festa”. (Nilo, 2010, Entrevista).

Apesar do Loteamento se localizar longe do centro de serviços da cidade (bancos, escolas, supermercados, hospitais), no momento, a falta dos mesmos não é obstáculo para os que ali residem, pois destacam o fato de possuírem transporte próprio. “Realmente o loteamento é distante dos serviços que acompanham o nosso dia-a-dia, mas quanto a isso não tenho problema, justamente por eu possuir carro próprio” (Cleudilene, 2011, Entrevista).

De acordo com Ermínia Maricato, a cidade é o próprio objeto da extração dos lucros, rendas e juros. Completa sua tese exemplificando-se com Harvey () quando o mesmo distingue a existência de duas formas de capital imobiliário: o que explora a cidade para se apropriar da renda (proprietários de terras ou de imóveis, e incorporadores) e o que obtêm lucro com a produção do próprio espaço urbano (construtoras e financeiras). Em uma sociedade cujas formas e funções são regidas por regras orientadas pelo Estado, presume-se sua presença para a fixação e direcionamento dos investimentos públicos e privados; criação ou mudança de legislação; políticas públicas que ora favorecem os setores do capital, ora atendem as reivindicações dos trabalhadores.

[D13] Comentário: referencia

A mídia é instrumento importante para a publicidade e construção da representação ideológica da cidade. Tal representação trabalha com o propósito de naturalizar os espaços das cidades que estão associados aos expedientes de valorização imobiliária. Segundo a visão de Ermínia Maricato, o cenário urbano de várias cidades tende a acompanhar as mudanças globais vinculando-se a um “modelo urbano modernista” que não moderniza a todos, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado.

O planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica contribui para a consolidação de sociedade desigual ao ocultar a real e preservar condições para a formação de um mercado imobiliário e restrito a uma minoria. Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo inspirado em modelos estrangeiros) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada. (Maricato, 2007).

A produção e a distribuição da moradia relacionam-se com os investimentos públicos feitos na cidade. A orientação desses investimentos, por meio das políticas públicas, orienta também, em parte, a valorização imobiliária e, particularmente, a valorização fundiária. Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, como se pode perceber, são muitos e

poderosos. O crescimento urbano, aparentemente natural, tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo e pelo conflito entre eles.

4.2O URBANO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

A dinâmica de formação, crescimento e transformação que assola as cidades sintetiza duas questões cruciais: a questão democrática e a questão distributiva. As duas questões deveriam se traduzir em regime político que seja capaz de assegurar a todos o “direito à cidade” no que diz respeito aos processos deliberativos, coletividade urbana e seus destinos e oportunizar acesso à riqueza, à renda e ao uso e ocupação do solo urbano, fato este que se contrapõe a sua mercantilização devido a mesma controlar o acesso a uma parcela restrita.

Segundo Ribeiro e Junior (2011), tendo como pauta discursiva “Desafios da questão urbana”, os mesmos definem que o Brasil urbano foi desenhado pela ação mercantilizadora da cidade, sublinhando o Estado como protetor dos interesses da acumulação urbana capitalista, seja pela omissão em seu papel de planejador do crescimento urbano social. Sob esta ótica, Ribeiro e Junior (2011) apontam o crescimento urbano mercantil como responsável pela manutenção do Brasil em uma nação inacabada, ou seja, as cidades são inacabadas, pois são incapazes de mediar os conflitos e integrar, mesmo que parcialmente classes e grupos sociais nos diversos segmentos e componentes que configuram o espaço urbano.

É importante apontar que nos últimos anos a crescente economia brasileira acirrou mais ainda as desigualdades sociais, principalmente as relacionadas a política urbana de investimento e acesso aos serviços básicos que configuram a vida urbana do cidadão. Não é por falta de planos urbanísticos que nas cidades os espaços periféricos apresentam problemas. Mas porque o seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Secretarias Municipais, seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

De fato, e em evidências já descritas, a migração rural-urbana conduziu a um crescimento urbano acelerado das cidades, principalmente aquelas relacionadas pelas questões estruturais e conflitantes vividas no campo, como o processo de concentração fundiária.

Trata-se principalmente do movimento de expansão da divisão do trabalho social que pressupõe a apropriação capitalista do espaço, no qual a implantação de determinadas relações leva ao controle capitalista da terra, pela transformação do conteúdo sócio-econômico preexistente. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p.116).

Em Marabá, a sua estrutura interna configurou-se a partir dos vários ciclos econômicos que assolaram essa região que vão desde o extrativismo ao mineral. Uma cidade mediada por elites locais oligárquicas, que após a inserção de projetos minerais nesse território, passou a atuar em diferentes formas de favores políticos. Novos atores sociais, em busca da conquista econômica do território, projetam a cidade de Marabá conforme seus interesses, ocasionado dessa forma a ausência de um planejamento voltado para a sociedade, o que faz surgir uma série de problemas sociais refletidas nas atuais configurações territoriais e de poder do município.

O território de Marabá sofreu consequências (...). Esses foram provocados pela implantação dos projetos da CVRD e também por outros fatores, o que contribuiu muito com o crescimento demográfico e com a fragmentação não só do seu território, mas das relações político-econômicas (...). (Silva, 2009, p. 300).

Nos estudos feitos por Spósito (1997) sobre o “capitalismo e a urbanização”, a mesma explica a proeminência dos problemas urbanos identificados nos ritmos acentuados de crescimento demográfico que tendem a agravar e acentuar cada vez mais a uma diferenciação econômica, social e espacial da população. Tal diferenciação foi e está sendo reproduzida em detrimento da “superconcentração de capital nacional e internacional criadas a fim de viabilizar a infraestrutura necessária a reprodução capitalista” (Spósito, 1997), promovendo um aumento crescente de população não empregada que se aloja em espaços desprovidos de infraestrutura básica, sendo este um dos principais problemas urbanos confrontados com o poder público dos municípios.

O discurso de progresso econômico traz em si o binômio “crescimento e pobreza”, ao passo que a dinâmica mais provável e realista de um sistema capitalista de produção se acentua na acumulação e formação de capital adicional, vindo a refletir a partir disso em uma dinâmica de classes que espelha no tecido urbano a segregação social, econômica e espacial, não esquecendo a importância do Estado na participação diferenciada em produzir investimentos nos distintos espaços do meio urbano, principalmente aqueles voltados na criação e manutenção da infraestrutura e serviços sociais dos bairros.

Kowarick (1985) identifica a existência de um conjunto de serviços urbanos necessários ao consumo coletivo para a organização e reprodução da força de trabalho: transporte, saúde, saneamento (esgoto e pavimentação), habitação, rede de água, eletrificação, educação, atividades culturais ou lazer. Tendo em vista que tais colocações acima não estão a caracterizar a todos os padrões de vida, Kowarick nomeia de *espoliação urbana* a inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivos apresentados como socialmente necessários. Diante disso, ressalta que, uma vez que a espoliação urbana acontece, leva-se adiante uma análise sobre,

(...) o prisma da produção do espaço urbano, cujos reflexos sobre a formação do meio ambiente social são marcadamente excludentes para aqueles que não têm recursos tanto econômicos como políticos para o alto preço decorrente da expansão de uma área metropolitana que tem uma das suas principais bases assentadas na intensa dinâmica de especulação imobiliária. (Kowarick, 1985, p.41).

Nesta questão recorre-se ao papel do Estado como essencial para este feito, pois, “em boa medida a valorização imobiliária decorre de investimentos públicos realizados em serviços de consumo coletivo” (Kowarick, 1985).

Sob esta condição, é possível diagnosticar de acordo com Kowarick:

A produção do espaço urbano está, em grande medida, condicionada a uma volumosa retenção de áreas vazias que permanecem socialmente ociosas à espera de valorização, originando vultuosos lucros (...). Servem, portanto, como forte dinamizador da especulação fundiária ao gerar uma renda diferencial da terra que, quando colocada a venda, torna-se inacessível para a maioria da

população cujos rendimentos só permitem a fixação em locais desprovidos de infraestrutura. (p.41).

Em seu estudo sobre a formação da região amazônica, Becker (2007) compreende os vários ciclos econômicos que marcaram a ocupação territorial da Amazônia como estratégia para o controle do território. Traz como exemplo o que Lefebvre (1978) conceitua como “a produção do espaço” pelo Estado. “Após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis, hierarquias”. (Becker, 2007, p.26)

“As cidades e redes constituem a ossatura do território e a base logística para as relações que incorporam a região ao tecido produtivo nacional”. (Becker, 2007, p.95). A urbanização surge como força dinamizadora e, ao mesmo tempo, resultante da redistribuição da população e de suas atividades. Em Marabá, a dinâmica demográfica é bastante determinada pela expansão de suas atividades econômicas (comércio, distribuição de serviços, indústrias metalúrgica, mineral e agropecuária), representando como efeito de tais produtividades a mudança estrutural da cidade, ou seja, os processos descritos acima favorecem o crescimento das atividades urbanas e o aumento do grau de urbanização, devido ao forte poder multiplicador que a expansão das atividades econômicas tem sobre os outros setores de serviço em expansão. (Becker, op.cit).

A discussão em torno dessa questão considera a análise do espaço verdadeiramente como uma força de produção, posto que no processo de expansão e acumulação do capital direcionado para um espaço como *lócus* de grandes investimentos, tem em seu anseio a transformação da terra valor de uso, em terra-capital valor de troca; está em jogo o espaço como mercadoria e valor de investimentos. “Isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social”. (Carlos, 2011).

[D14] Comentário: pg. Da citação?

A dimensão econômica e política que define Marabá chama a atenção por desempenhar funções que servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extra-regionais. (Trindade Jr; 2011). Sendo

assim, Marabá entra em um contexto de cidade média por apresentar uma importância sub-regional, dada ser uma cidade intermediária pelas fortes centralidades⁸ materializadas por fluxos que contribuem para o ordenamento do espaço regional ao qual estão inseridos. Diante das funções e mediações que estão inseridas na estrutura econômica e política de Marabá tornando-a pólo de dinâmica econômica em atrair e intermediar atividades necessárias às funções urbanas, é sabido concordar que, em detrimento de um desenvolvimento meramente capitalista que se impôs no Brasil, suas marcas têm reflexos historicamente decisivas e contraditórias em um conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos; realidade regional e urbana hoje que tem fatores contínuos e rígidos nas desigualdades sociais e econômicas presentes no território nacional (Almeida, 2010).

Tais disparidades já podiam ser vistas na formação territorial amazônica, vista como fronteira econômica estratégica do Estado.

No caso amazônico, a urbanização guarda, em grande parte, profunda relação com uma lógica intencional do Estado (Machado, 2000), principalmente a partir da década de 1960, quando o índice anual de urbanização se intensificou. O controle da terra, a política de migração induzida e financiada pelo poder público e o incentivo a grandes empreendimentos, asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana. (Trindade Jr, 2011, p. 05).

O Brasil constitui uma economia urbana moderna e diferenciada, com complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária) e marcantes heterogeneidades sociais, regionais, rurais e culturais (Almeida, 2010). A questão urbana moderna e diferenciada serve para soldar e intensificar os interesses

⁸ A “centralidade” é a principal característica que informa o nível urbano das cidades, ou seja, uma vez que se apoia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para a sua área de influencia, aspecto relevante que torna a cidade um fator de atração locacional para indivíduos e também para a instalação de unidades de produção e grupos capitalizados. (BRANCO, 2006).

mercantis em torno da expansão urbana, o que faz por propagar investimentos públicos em serviços, equipamentos e infraestrutura às frações do mercado imobiliário, transparecendo uma ordem capitalista de caráter excludente e dilapidadora. A produção do espaço que hoje é determinada pelas necessidades e objetivos da lógica da reprodução ampliada do capital (Carlos, 2011), direciona, continuamente, a uma série de contradições que se resumem nos investimentos e nas espoliações do ambiente urbano.

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono. (Spósito, 2011, p.74).

A dinâmica de expansão do mercado econômico e político que configura a estrutura urbana de Marabá assume uma realidade de diferenças reproduzidas em pontos de segregação sócio-espacial que percorrem as diversas áreas da cidade. Um exemplo é a presença cada vez mais intensa de empresas imobiliárias no mercado da terra urbana em Marabá, fato este identificado no processo de reprodução capitalista no setor imobiliário.

(...) na perspectiva de realizar uma estratégia de antecipação face à expansão urbana, e, principalmente, evitar que tais propriedades sejam objeto de ocupação urbana por parte de agentes sociais excluídos, os proprietários realizam a estratégia de antecipação face a uma expectativa de produção do espaço urbano, efetivando o parcelamento do solo urbano para fins residenciais, seja dentro da perspectiva formal do mercado imobiliário, seja mesmo por meio de parcelamentos e loteamentos irregulares e informais. Revelam-se, assim, redes de articulação e de conflitos que giram em torno da produção imobiliária urbana e que contribui, sobremaneira, para o processo de expansão e para uma nova configuração urbana da cidade de Marabá. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p. 111).

Ribeiro e Junior (2011) consideram que em dias atuais o Brasil vive momentos cruciais de transformação no cenário urbano que passa a ser atualizada

e traduzida em novos modelos de planejamento e gestão das diversas cidades desse país. “As cidade estão sendo incluídas nos novos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão da acumulação” (Idem). A “geografia da acumulação capitalista”, em Harvey, está associada não somente às redes e estruturas do capital, mas também à teoria da acumulação em Marx, que irá responder pelo desenvolvimento geográfico desigual, e ao conjunto de ações do Estado, que orienta as condições de apropriação do espaço na cidade. Em Marabá, a expansão de investimentos imobiliários, principalmente na construção de loteamentos privados, evidencia a ideologia capitalista de apropriação, que muitas das vezes tem seus interesses assegurados pelo poder público.

[D15] Comentário: referência

Esses loteamentos privados refletem a formação de um mercado imobiliário, que passa a se estruturar especialmente com a maior presença de empresas do setor imobiliário atuando na cidade, por meio da prática de loteamentos, inicialmente irregulares, mas, com a aprovação do Plano Diretor Municipal e a formação do Conselho Gestor do Plano Diretor Municipal Participativo, com maiores iniciativas de regularização, dada à obrigatoriedade de aprovação desse tipo de empreendimento face ao referido conselho. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p. 110).

O território, visto como unidade e diversidade, constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. (Santos e Silveira, 2001). De maneira geral, a ampliação da produção regional acaba por influir sobre a iniciativa de agentes anteriores e de novos agentes urbanos em todos os segmentos. A dilatação das bases econômicas de um determinado território tem forte influencia na produção da cidade como fonte de lucros para os capitalistas. É o que se verifica com a presença de novos espaços habitáveis em Marabá.

O lançamento desses loteamentos privados se intensificou a partir do ano de 2008 com o anúncio, por parte da VALE, da instalação da Aços e Laminados do Pará (ALPA), prevista para começar a funcionar a partir do ano de 2011. Esse empreendimento tem incrementado o mercado de terras em dois vetores de expansão. O primeiro, no próprio setor onde irá funcionar o empreendimento, na área de expansão da Cidade Nova, entre a Transamazônica e o rio Tocantins, portanto, fora do Distrito Industrial. A razão dessa localização deve-se à proximidade do rio, tanto em virtude do uso da água como recurso, como também para fins de circulação (hidrovia), já que o empreendimento situa-se perto do novo porto, em

construção. O segundo vetor se manifesta no sentido oposto, na área de expansão da Nova Marabá, bem como nos espaços de expansão da PA-150 e BR-222 em São Félix, no sentido Morada Nova. (Trindade Jr, Malheiro, Rodrigues, Amaral, Ribeiro, 2010, p. 110-111).

A urbanização brasileira reproduz uma heterogeneidade social justaposta em uma paisagem de riqueza e pobreza, beleza e fealdade. (Carlos, 2011). As relações de produção (sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, etc.), fragmentam a sociedade tornando-a hierarquizada, fazendo por acirrar contradições urbanas, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, gerando assim a segregação social e espacial, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade brasileira; a outra parcela configura-se em uma massa popular sem direito à cidade ou às suas economias urbanas modernas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui descrita foi desenvolvida com o propósito de analisar a expansão urbana da cidade de Marabá (PA), enfatizando a ausência de funções que a mesma deveria exercer no que diz respeito à política urbana de valorização, investimentos, infraestrutura e serviços sociais, o que intensifica a pobreza e segregação no espaço urbano da cidade. Ressaltou-se, também, o papel desempenhado pelo poder público local, pelo Estado e pelo Capital, constituindo forças políticas essenciais nas formas de expansão, acumulação e lucros do capitalismo na região, resultando em contradições na produção e apropriação do espaço urbano entre as classes que a compõem o espaço urbano de Marabá.

Pode-se constatar grandes contrastes na cidade de Marabá, como os verificados na produção de bairros diferenciados por sua estrutura social e econômica. Vários são os bairros carentes de infraestrutura básica e serviços sociais, estes considerados como periféricos por falta de investimentos e manutenção dos mesmos. Por outro lado, produzem-se bairros privilegiados em infraestrutura técnica e social que tendem a representar a dinâmica do mercado imobiliário. Ambos são essenciais para a reprodução do capital.

O perfil da população que reside nos distintos bairros aqui pesquisados em Marabá (loteamento Novo Progresso e bairro Bela Vista) reflete a configuração urbana que o capitalismo proporcionou no processo de consolidação da cidade enquanto concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho, articuladas ao processo produtivo. No bairro de baixa renda os entrevistados se dividem entre as categorias de profissão: autônomo, pedreiro e doméstica do lar. Enquanto que no bairro planejado os entrevistados são

dotados de uma profissão com parâmetros profissionais de grau de instrução mais elevados. Percebe-se que a relação capital-trabalho, ou seja, a estrutura profissional se modifica conforme a evolução da produção, da circulação, do consumo, da acumulação capitalista enfim, o que faz por ocasionar em um aumento do número de trabalhadores nos seus diferentes níveis. A partir disto afirma-se que a cidade aparece como a localização de destino da indústria, refletindo o trabalho social, produzindo a aglomeração de mão-de-obra, circulação de mercadorias, materialização das condições de produção, nessas condições o urbano será condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade em todas as suas instâncias. A produção capitalista impõe ao mesmo tempo a concentração da população (força de trabalho) e os meios e unidades de produção, e conseqüentemente leva a uma profunda divisão nas relações sociais que são impostas pelo mercado em expansão. Sendo assim, o capitalismo aprofunda a hierarquização e diferenciação social, econômica e espacial, acentuando e acelerando as desigualdades no meio urbano em produzir, consumir e habitar.

A dinâmica econômica de Marabá tem forte influência no seu processo de urbanização enquanto forte poder de atração populacional. Tal fato vem desde sua consolidação antes pautada no extrativismo vegetal e que mais adiante ganhou considerável relevância após a inserção da indústria (mineral e vegetal) na cidade. Essa expressão de urbanização provinda da industrialização não consiste somente no elevado número de pessoas que passaram a viver na cidade, mas, sobretudo, porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado e na estrutura interna desta cidade. Os avanços da industrialização e sua repercussão em todo o mundo levaram a um progressivo aumento de novas necessidades e bem-estar, porém são condições desigualmente distributivas. A potente produção capitalista em acumular, expandir e lucrar estruturou de forma heterogênea e complexa um espaço de valorização do capital, revolucionando a reprodução de suas bases materiais, porém travando o acesso à propriedade e aos direitos por parte da maioria da população.

As contradições sociais emergem na paisagem dos distintos espaços que compõem o meio urbano e fazem aflorar mais claramente a diferenciação entre

classes. Esse contraste se manifesta pelo encontro entre pobreza e riqueza. Por um lado o espaço urbano é visto como um lugar mais socializado no que se refere ao potencial de expansão e produção, por outro lado a sua apropriação é privada, pois a diferença entre os bairros expressa-se claramente.

A reprodução do espaço é também a reprodução da vida humana. Portanto, é na vida cotidiana como um todo, que as contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, ao lazer, a quantidade e tipos de produtos consumidos, etc. Enfim, quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os indivíduos. As formas assumidas pelo processo de produção do espaço urbano refletem a contradição entre um processo de produção socializado e de sua apropriação privada. De um lado, implicam a contradição entre os interesses e necessidades da reprodução do capital, do outro, do desenvolvimento da sociedade como um todo. Logo, o que está em jogo é o processo de produção da cidade e sua apropriação do espaço para determinado uso.

O uso do solo urbano funciona, pois, mediante disputa determinada, quer pela necessidade do uso, como pela utilização da terra como reserva de valor. Este uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos, pois o processo de representação espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classe, produzindo de forma socializada para indivíduos privados. Desse modo, a cidade enquanto trabalho social materializado é apropriada de forma diferenciada pelo cidadão, o que faz por gerar a segregação socioespacial.

Esta segregação acontece em Marabá desde o princípio de sua ocupação, que se deu de forma atrativa conforme os vários ciclos de sua dinâmica econômica: trabalhadores em busca da terra para subsistência; e aqueles que a viram como oportunidade para investimento e lucro. Neste ponto o Estado aparece como importante aliado em favor dos interesses de forças políticas e empresariais para a posse de grandes e inúmeras propriedades fundiárias e imobiliárias asseguradas pelos cartórios, câmara de vereadores e poder judiciário.

É possível constatar que a produção capitalista em todos os seus níveis direcionou o processo de estruturação urbana da maioria dos municípios nacionais e a distribuição desigual dos investimentos públicos, fortalecendo as contradições e a segregação socioespacial. Esse direcionamento se efetiva através de pressão sobre o poder local, procurando intervir nas decisões sobre as políticas urbanas, na localização dos investimentos públicos e na elaboração das legislações urbanas, viabilizando os interesses do capital monopolista. O interessante sobre o modo de produção capitalista consiste no aumento da produtividade e enriquecimento que não foi acompanhado pelo conjunto de trabalhadores, que empobrecidos ou não, foram absorvidos pelo mercado de trabalho, provocando tensões e conflitos sócioespaciais presentes na maioria das cidades de pequeno e médio porte.

Em Marabá, os discursos e ações do Estado ao lançar grandes projetos na área de mineração, produção de energia, recortes e emancipações no sentido do surgimento de novas unidades de federação em nível estadual no Pará, acabam por incentivar mais ainda os processos migratórios, sejam eles em função dos fatores de expulsão do campo, como em busca de melhores oportunidades de emprego, mas não disponibilizam infraestrutura para absorver essa população, principalmente em relação à moradia. Ampliam-se os problemas sociais, decorrentes da expropriação e do empobrecimento da população, assim como se intensificam os problemas urbanos, principalmente aqueles direcionados nos investimentos em infraestrutura e serviços sociais em distintos bairros da cidade.

Para os donos do capital, a cidade é fonte de lucro e é encarada e tratada como meio de produzir e acumular, ou seja, como fonte de negócio. Mas os homens que a constroem têm interesses e valores diferentes. A cidade que conhecemos hoje é resultado de uma disputa entre os que tratam a cidade como fonte de lucro (os capitalistas) e os que tratam a cidade como espaço de vida (os moradores). É necessário atualizar o ideário do direito à cidade baseado na negação da segregação social, na promoção da função social da cidade e da propriedade que possam representar os interesses coletivos para uma gestão urbana democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BECKER, B.K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio* – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRANCO, M.L.C. *Cidades Médias no Brasil*. In: SPÓSITO, E.S.; SPOSITO, M. E. B. e OSCAR, S (orgs.) *Cidades médias: produção do espaço* – 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

BRANDÃO, Carlos. *Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo*. In: ALMEIDA, A. W. B. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CARDOSO, A. C. D. (org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

CARLOS, A.F.A. *A cidade*. 9 ed. – São Paulo: Contexto 2011.

CASTELLS, Manuel. *A Questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4.ed.

CORRÊA, R.L. *O Espaço Urbano*. Ed. Ática. Série Princípios. 3.ed. 1995.

Diagnóstico das ocupações urbanas de Marabá; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Subsecretaria de Marabá – 2010.

Dicionário do pensamento social do Século XX / editado por William Outhwaite, Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1996.

EMMI, M. F. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. – 2.ed. ver. e amp. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

HARVEY, David. *Alternativas ao liberalismo e o direito à cidade*. v.12, n.2, p.269-274, dez.2009. In: *Novos Cadernos NAEA*, v.11, n.2 – 2008 - Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / UFPA, 2009.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Ed. Loyola. São Paulo, Brasil, 2004.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.

JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade; MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; AMARAL, Márcio Douglas Brito; RIBEIRO, Rovaine. *Uma Cidade Média na Amazônia Oriental: A Centralidade Urbano-Regional de Marabá no Sudeste Paraense*. Marabá-Pá / UFPA - 2010.

KOWARICK, Lúcio. *O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana*. In: MOISÉIS, J. A. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2.ed. 1985.

LEFEBVRE, Henri, 1905. *A cidade do Capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2.ed.

LUXEMBURG, Rosa, 1870-1919. *A luta contra a economia natural*. In: *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas*. – 2.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARICATO, Ermínia. *Globalização e política urbana na periferia do capitalismo*. *Revista VeraCidade* – Ano IV – n.4 – Março de 2009.

{<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo7.pdf>; acessado em 03/dez/2011}.

_____. *Conhecer para resolver a cidade ilegal.* {http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeil.egal.pdf; acessado em 06/fev/2012}.

_____. *Sociedade: A cidade é um grande negócio.* Teoria e debate n° 03. {<http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/sociedade-cidade-e-um-grande-negocio>; acessado em 06/fev/2012}.

MARX, Karl, 1818-1883. *A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846 / Karl Marx e Friedrich Engels; organização, tradução, prefácio e notas de Marcelo backes.* – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política.* tradução e introdução de Florestan Fernandes. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NAKANO, Kazuo. *A produção social de vulnerabilidade urbana.* Cidades Brasileiras. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 4. Numero 45 – Abril 2011. São Paulo.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia.* 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q. e JUNIOR, O. A. S. *Desafios da questão urbana.* Cidades Brasileiras. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 4. Numero 45 – Abril 2011. São Paulo.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891 /* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 2.ed.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado* – São Paulo: Hucitec, 1997.

SELL, Carlos Eduardo, 1971. *Sociologia clássica: Durkheim, Weber [e] Marx*. 4.ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

SILVA, J. M. P. *Reestruturação sócio-espacial e gestão do poder local: o uso do território em Carajás*. In: TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M (org). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SILVA, W.R. *Reflexões em torno do urbano no Brasil*. In: SPOSITO, M.E.B. e WHITACKER, A.M (organizadores) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P. e MOURÃO, P. F. C. (orgs) *Questões nacionais e regionais do território brasileiro* – 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SOBARZO, Oscar (UFRGS). *O urbano e o rural em Henri Lefebvre*. In: SPOSITO, M.E.B. e WHITACKER, A.M (organizadores) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPÓSITO, E.S.; SPOSITO, M. E. B. e OSCAR, S (orgs.) *Cidades médias: produção do espaço* – 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SPÓSITO, M.E.B. *Capitalismo e Urbanização*. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 1997.

TRINDADE JR, S. C. *Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/saint_clair.pdf;} acessado em: 26/fev/2012.

TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M. *Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema*. In: TRINDADE JR, S. C. e ROCHA, G. M (org). *Cidade e*

empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VILLAÇA, Flávio, 1929. *Espaço intra - urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

SÍTIOS CONSULTADOS:

Estatuto da cidade: Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/leg.257-01.pdf/view>; acessado em 16/Março/2012}.

IBGE – Estimativa da população de Marabá/2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>; acessado em 19/Fev/2011}.

Plano Diretor do município de Marabá. Projeto de lei nº 17.213 de 09 de Outubro de 2066. Disponível em: www.maraba.pa.gov.br/sicom/downloads/Lei17213.pdf; acessado em 07/Março/2012}.